

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Daniel Cursino Bischof

**O PROCESSO DE CRESCIMENTO E A CONTRIBUIÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE UBATUBA/SP (1980 - 2010)**

Taubaté – SP

2016

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Daniel Cursino Bischof

**O PROCESSO DE CRESCIMENTO E A CONTRIBUIÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE UBATUBA/SP (1980 - 2010)**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté.
Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional
Orientador: Prof. Dr. George Rembrandt Gutlich
Co-Orientador: Prof. Dr. Moacir José dos Santos

Taubaté – SP

2016

DANIEL CURSINO BISCHOF

**O PROCESSO DE CRESCIMENTO E A CONTRIBUIÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE UBATUBA/SP (1980-2010)**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté.
Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Data: 10/05/2016

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Ap. A. Q. Oliveira

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Edson Trajano

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof^a. Dr^a. Sandra Maria Fonseca da Costa

Universidade do Vale do Paraíba

Assinatura _____

RESUMO

Esta pesquisa analisa o crescimento econômico, urbano e o desenvolvimento do município de Ubatuba entre os anos de 1980 e 2010. Seu objetivo é descrever o processo de crescimento territorial urbano como reflexo da evolução dos aspectos econômicos e sociais dentro deste espaço. A pesquisa tomou como base o Resumo Executivo de Ubatuba para avaliar a urbanização; o PIB, o PIB per capita para discorrer sobre a economia; e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e os Objetivos do Milênio para discorrer sobre o desenvolvimento social local. O método utilizado foi a abordagem qualitativa e, para tanto, utilizou-se da coleta de dados de informações disponibilizadas pelo Instituto Polis, IBGE e Fundação SEADE. A partir de resultados observou-se que Ubatuba apresentou pico de crescimento populacional e expansão urbana entre as décadas de 1980 e 1990. Entre as décadas de 1990 e 2000, a expansão urbana irregular passa a ser contida pelo início da fiscalização por parte da Secretaria do Meio Ambiente. Neste mesmo período, indicadores sociais melhoraram seus resultados, mas o município perdeu espaço no ranking de desenvolvimento dos municípios paulistas. Entre 2000 e 2010 o crescimento populacional variou em menor escala e o número de novos loteamentos no município foi reduzido. A economia evoluiu e se concentrou no setor de serviços. Quanto ao social, este período mais recente demonstra que o município evoluiu seus indicadores sociais relacionados ao IDHM e aos ODM, porém ainda apresenta lacunas nos setores de educação, saúde, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente. Concluiu-se que o município cresceu populacionalmente e se urbanizou ao longo do período analisado. Ainda assim, estes fenômenos não foram planejados previamente, o que refletiu em um processo de desenvolvimento que não acompanhou as necessidades advindas do aumento populacional.

Palavras-chave: Crescimento Econômico e Urbano. Planejamento e Desenvolvimento Regional. Ubatuba.

THE PROCESS OF GROWTH AND CONTRIBUTION TO THE MUNICIPAL DEVELOPMENT UBATUBA / SP (1980-2010)

This research analyzes the economic growth and urban development in the municipality of Ubatuba between the years 1980 and 2010. Its purpose is to describe the urban territorial growth process reflecting the evolution of the economic and social aspects within this space. The research was based on the Ubatuba Executive Summary to evaluate urbanization, GDP, GDP per capita to talk about the economy and the Municipal Human Development Index and the Millennium Development Goals to discuss local social development. The method used is the qualitative approach and, therefore, was used for data collection of information provided by the Polis Institute, IBGE and SEADE Foundation. From the results it was observed that Ubatuba presented peak population growth and urban expansion between 1980 and 1990. Between the 1990s and 2000, the irregular urban sprawl happens to be contained by early inspection by the Department of Environment. In the same period, social indicators are developed – MHDH and MDG the number of new housing developments in the city has been reduced. The economy has evolved and focused on the service sector. As for the social, the most recent period shows that the council has evolved its social indicators, but still has gaps in educational, health, quality of life and respect for the environment. It was concluded that the city has grown and urbanized over the analysis period. Still, these phenomena were not planned in advance, which resulted in a development that did not follow the needs arising from population growth.

Key words: Economic and Urban Growth. Planning and Regional Development. Ubatuba

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População total, urbana e grau de urbanização do Brasil entre as décadas de 80 e 2000.....	28
Tabela 2 – Análise do PIB de Ubatuba na década de 2000 a preços constantes.....	57
Tabela 3 – Participação dos setores econômicos no total do valor adicionado ao PIB de Ubatuba	57
Tabela 4 – Principais complexos industriais da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.....	59
Tabela 5 – Empregos formais no município de Ubatuba no ano de 2010.....	60
Tabela 6 – População total de Ubatuba na década de 2000.....	61
Tabela 7 – Grau de urbanização de Ubatuba na década de 2000.....	61
Tabela 8 – Relação entre loteamentos regulares e clandestinos entre os anos de 1980 e 2010 em Ubatuba.....	67
Tabela 9 – IDHM de Ubatuba nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução das teorias de desenvolvimento regional: temas, 50 características, autores, períodos e referências teóricas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.....	13
Figura 2 – Mapa de localização do Litoral Norte Paulista.....	15
Figura 3 – Eixos rodoviários e conectividade da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.....	16
Figura 4 – Localização de Ubatuba e municípios limítrofes.....	16
Figura 5 – Mapa da localização de Ubatuba.....	42
Figura 6 – Os Objetivos do Milênio no Brasil.....	47
Figura 7 – A área urbana em Ubatuba entre 1979 e 1980.....	63
Figura 8 – A área urbana em Ubatuba no início da década de 90.....	64
Figura 9 – área urbana de Ubatuba no ano 2000.....	65
Figura 10 – A área urbana em Ubatuba no ano de 2011.....	66
Figura 11 – Os sertões de Ubatuba.....	68
Figura 12 – Município de Ubatuba – áreas urbanizadas.....	69
Figura 13 – Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência em Ubatuba.....	71
Figura 14 – Taxa de conclusão do ensino fundamental e médio em Ubatuba..	72
Figura 15 – Percentual de população de Ubatuba entre 18 e 24 anos segundo o nível de instrução e gênero	72
Figura 16– Taxa de mortalidade de crianças menores de 6 anos a cada mil nascidos vivos	73
Figura 17 – Taxa de mortalidade materna a cada mil nascidos vivos e Ubatuba.....	75
Figura 18 – Número de casos de AIDS registrados por ano em Ubatuba.....	74
Figura 19 – Doenças transmitidas por mosquitos.....	75
Figura 20 – Percentual de moradores urbanos de Ubatuba com acesso a água ligada a rede de esgoto sanitário adequado.....	76
Figura 21 – Saneamento básico na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.....	77
Figura 22 – Coleta de esgoto no Litoral Norte Paulista.....	79
Figura 23 – Proporção de moradores com acesso a microcomputador e internet.....	78
Figura 24 – Comparativo da expansão urbana entre 1960 a 2007.....	79

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
1.2 OBJETIVOS.....	17
1.2.1 Objetivos gerais.....	17
1.2.2 Objetivos específicos.....	18
1.3 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	18
1.4 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA.....	19
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	20
2.1 ESPAÇO E TERRITÓRIO.....	20
2.2 URBANIZAÇÃO.....	24
2.2.1 O lugar central e os ciclos econômicos brasileiros e o desenvolvimento das atividades econômicas	31
2.3 OS RISCOS DA URBANIZAÇÃO DO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO.....	34
2.3.1 Histórico de Ubatuba – do índio ao turismo litorâneo.....	40
2.4 O DESENVOLVIMENTO E SUA MULTIDIMENSIONALIDADE.....	44
2.4.1 Desenvolvimento Regional.....	48
3 MÉTODO.....	54
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	57
4.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO DE UBATUBA NA DÉCADA DE 2000.....	57
4.2 EXPANSÃO URBANA DE UBATUBA.....	60
4.3 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE UBATUBA	70
4.4 DISCUSSÃO DO RESULTADO DA PESQUISA.....	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERENCIAS.....	87

1 INTRODUÇÃO

É adequado que se entenda que crescimento e desenvolvimento são termos distintos. Nesse sentido, uma cidade pode crescer sem ser, necessariamente, desenvolvida.

No que tange a crescimento econômico, este se define como o aumento da capacidade produtiva da economia, que pode ser observado através das variações no Produto Interno Bruto – PIB de uma determinada localidade. Como demais meios de medir o crescimento da economia, podem ser observadas as atividades informais e o crescimento de sua força de trabalho (SANDRONI, 1994).

Quanto ao crescimento urbano, este se refere ao aumento da população da zona urbana em relação à população da zona rural, o que conseqüentemente, acarreta o processo de crescimento e desenvolvimento dos municípios. Entretanto, nas últimas décadas os riscos e desastres são fatores frequentes nas cidades e apontam dificuldades nos processos de desenvolvimento aliados à urbanização (SILVA, 1997).

Quando se pensa no desenvolvimento, sua contextualização advém do crescimento econômico acrescido da melhora da qualidade de vida da população. Esta ideia baseia-se no incremento da composição do produto aliada à distribuição de recursos entre os diversos setores da economia, com o objetivo de melhorar os níveis de bem-estar econômico e social (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998).

O crescimento e o desenvolvimento de determinado local dependem de suas características, pois cada região tem suas próprias peculiaridades. Neste aspecto, o presente trabalho analisa as mudanças socioeconômicas do município de Ubatuba entre 2000 e 2010. O objetivo é levantar os dados e analisar as mudanças para verificar as contribuições para o desenvolvimento nessa localidade.

O município de Ubatuba, está situado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo, como mostra a figura 1.

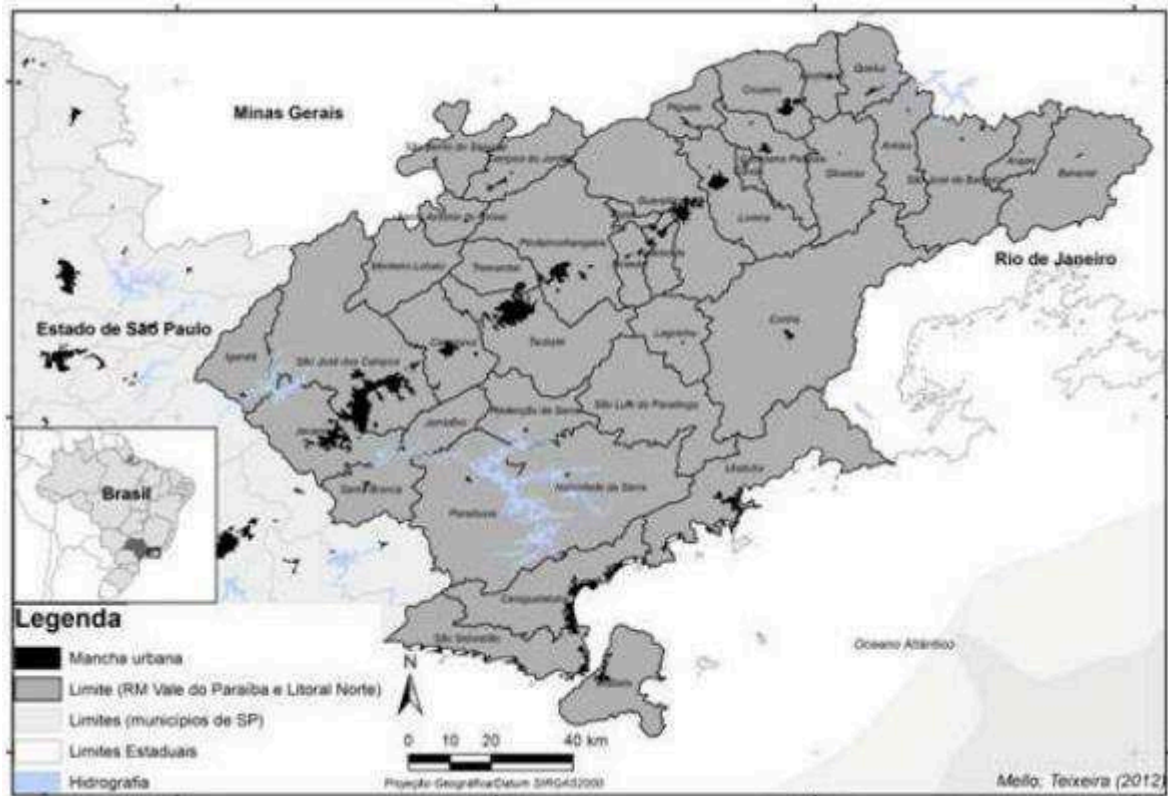


Figura 1 - Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte Paulista
 Fonte: EMPLASA (2011)

O município de Ubatuba apresenta certas particularidades econômicas, geográficas, visuais e ambientais que contribuiriam para que o município formasse um traçado urbano baseado nessas particularidades. Nos aspectos econômicos Ubatuba assumiu seu potencial turístico, pois inexistem projetos voltados ao turismo para fomentar tal vocação. Incitaram-se atividades econômicas ligadas ao turismo, porém os operadores desta situação foram agentes privados ligados ao turismo.

As ações dos diversos governos municipais foram limitadas em razão da escassez de recursos para o setor. Dados da Prefeitura Municipal de Ubatuba informam que a Secretária de Turismo – SETUR dispõe de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) por ano de um orçamento de R\$270.000.000,00, o que é muito pouco para uma cidade que tem quase que 90% de seu PIB comprometido no setor de serviços, o que inclui o turismo local.

Ubatuba tem como fator preponderante para sua expansão urbana a atividade turística. O traçado urbano desenvolvido nas últimas décadas, a conexão a cidade de Caraguatatuba, contribuiu para a formação de um contínuo urbano entre

Caraguatatuba e a região central de Ubatuba, o que não aconteceu entre a região central do município e Paraty, no estado do Rio de Janeiro.

A não formação de um contínuo urbano entre Ubatuba e Paraty se deu pelo crescimento urbano de Caraguatatuba, pois os moradores da região sul de Ubatuba passaram a utilizar os serviços da vizinha paulista.

Tal processo estimulou a ocupação da região sul de Ubatuba e aproximou os municípios paulistas, cuja maior consequência foi a formação desse contínuo urbano. Essa configuração relaciona-se com a expansão urbana e as atividades econômicas alocadas entre a região central de Ubatuba e a divisa com Caraguatatuba.

A construção da Rodovia Rio Santos e da Rodovia dos Tamoios impulsionou a aproximação econômica e social entre Ubatuba e Caraguatatuba, especialmente por estimular a aumento da população decorrente da expansão da construção civil e das atividades pertinentes ao turismo.

Processo distinto ocorreu na região norte do município. A carência de estrutura e desenvolvimento associou-se aos limites produzidos com a criação do Parque Estadual da Serra do Mar, que impediu o crescimento e a ocupação do solo.

Esse processo alterou o desenvolvimento do traçado da cidade de Ubatuba, pois se percebe visualmente que a cidade tem duas partes, a região centro sul que se encontra em pleno desenvolvimento com diversos ciclos econômicos atuantes na área de serviço, fomentados pelo turismo, serviços ou pela especulação imobiliária, com a presença de densos contínuos urbanos. A região centro norte conta com o Parque Estadual da Serra do Mar, três loteamentos que ficam na praia de Itamambuca, Felix e Prumirim e comunidades caiçaras que se situam na praia do Puruba, Ubatumirim, Almada e Picinguaba, cujos habitantes se deslocam para a região central em busca de serviços.

A presente pesquisa busca discutir os indicadores econômicos e sociais do município entre o período de 2000 a 2010 em relação ao traçado urbano que se formou e as atividades econômicas, nos aspectos antrópicos e situações ambientais e analisar a imbricação entre políticas públicas e ação dos agentes políticos de direito público/privado que contribuíram para o crescimento do município de Ubatuba.

1.1 PROBLEMA

O Litoral Norte Paulista apresenta um panorama com dados de disparidade entre os municípios de Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba. A partir da observação de indicadores, percebe-se que Caraguatatuba é, entre os quatro municípios, a capital econômica do Litoral Norte Paulista.

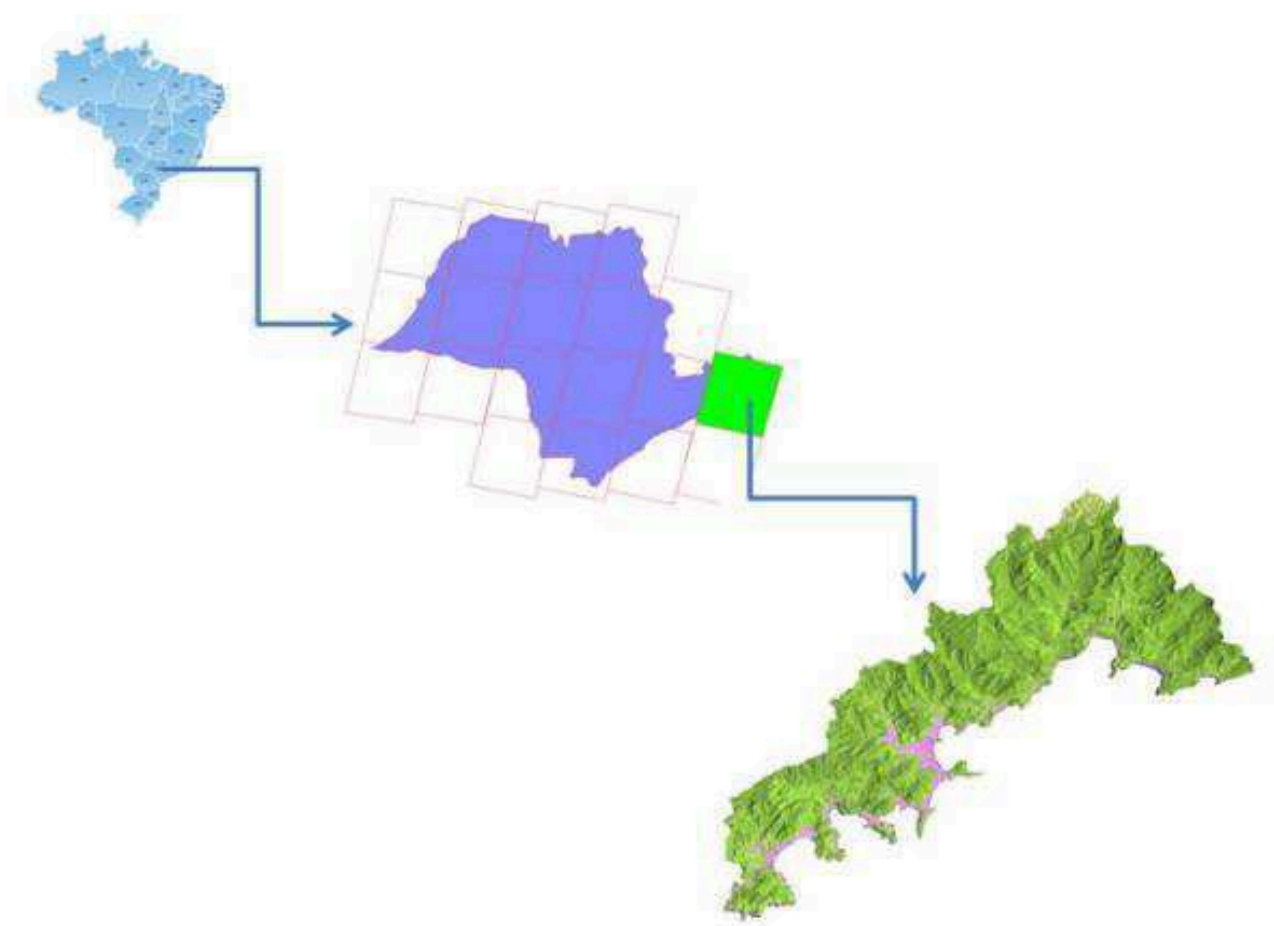


Figura 2 – Mapa de localização do Litoral Norte Paulista

Fonte: EMPLASA (2016)

Em virtude de sua posição geográfica, Caraguatatuba foi beneficiada pelo encontro das Rodovias dos Tamoios e Rio Santos, o que a permitiu crescer mais rapidamente em relação às demais cidades do litoral.

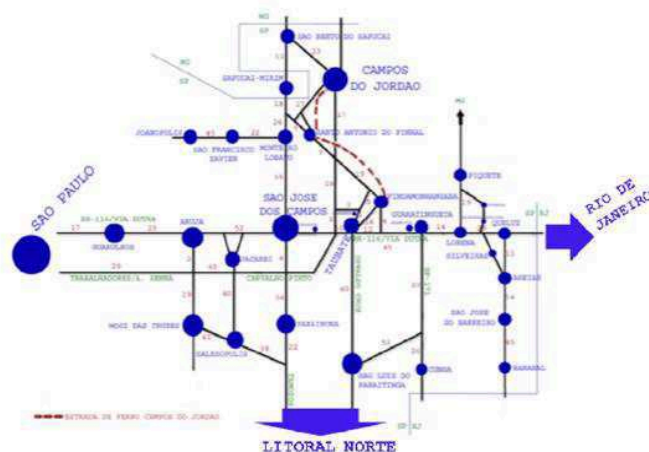


Figura 3 – Eixos rodoviários e conectividade da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Fonte: EMPLASA (2016)

No caso de Ubatuba, o município está situado no extremo leste litoral norte paulista, fazendo divisa com Paraty no estado do Rio de Janeiro. Teve como principal acesso a região do Vale do Paraíba a Rodovia Oswaldo Cruz, fato que ligou Ubatuba a Região do Vale e ao restante do Estado e do Brasil, de seus primeiros tempos de ocupação, do século XVI aos meados do século XX Ubatuba era acessada pelo mar ou por estradas precárias.



Figura 4 - Localização de Ubatuba e município limítrofes.

Fonte: Secretária de Turismo - SETUR

Nesse contexto, Ubatuba começou a ter seu processo de crescimento em meados da década de 1960, com a melhoria do acesso pela Rodovia Oswaldo Cruz e com a ligação por meio da Rodovia Rio Santos, hoje atual Rodovia Governador Mario Covas.

Com o advento da Rodovia dos Tamoios e a posição Geográfica central, Caraguatatuba atingiu uma posição de “capital” do litoral, pois como está entre as cidades de São Sebastião e Ubatuba, diversas atividades econômicas se instalaram naquela localidade.

De fato, os habitantes de Ubatuba e São Sebastião usavam dos serviços que Caraguatatuba possuía: hospitais, escolas, empregos, entre outros. A partir daí, formou-se um contínuo urbano da região central de Ubatuba até o extremo sul do município, próximo à divisa com Caraguatatuba.

No cenário atual, observa-se em Ubatuba um intenso deslocamento da população da região norte para a região central do município em busca de emprego. Estes indivíduos, muitas vezes vendem suas propriedades no norte e passam a ocupar as áreas centrais. A legalização de áreas do norte possibilitaria a atração de investimentos na região e poderia diminuir a migração e favorecer a geração de empregos no local.

A questão a ser respondida a partir da pesquisa é: de que maneira a expansão urbana do município de Ubatuba se relacionou com seu desenvolvimento entre os anos de 2000 e 2010?

Ressalta-se que este período foi escolhido, principalmente, pela disponibilidade de dados que enriqueceram e permitiram que o projeto fosse elaborado.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é diagnosticar os elementos da expansão urbana e do desenvolvimento econômico e social do município de Ubatuba entre os anos de 2000 e 2010.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a expansão urbana do município de Ubatuba como consequência da dinâmica econômica e social;
- Analisar as características físicas da expansão urbana;
- Analisar as relações entre a dinâmica socioeconômica e as características físicas do território ocupado;
- Compreender as consequências da ocupação territorial associada à dinâmica econômica e social presente no território.

1.3 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Pretende-se com a pesquisa entender como ocorreu a expansão urbana do município de Ubatuba entre os anos estudados. Através de análise de imagens de seu território, busca-se avaliar a evolução do traçado urbano do município e se este ocorreu de forma regular ou clandestina ao longo do tempo. Aliado ao estudo da expansão urbana, este trabalho pretende avaliar como o contingente econômico e social se desenvolveu juntamente com o crescimento da cidade.

A pesquisa buscou analisar e compilar os dados econômicos, urbanos, ambientais e sociais do município, procedimento inédito naquela localidade. Buscou-se a produção de uma análise que subsidiasse futuros planos de mobilidade urbana e/ ou plano diretor, haja vista que Ubatuba tem uma lei nº 711/84 de uso e ocupação do solo que por questões políticas denominaram de plano diretor.

Outra contribuição da presente pesquisa é delinear o impacto das atividades econômicas presentes em Ubatuba, como o turismo, a construção civil e o setor de serviços, com a avaliação da contribuição das políticas públicas locais e dos agentes de direito público privado.

Nessa ótica, a relevância do estudo está na verificação da expansão urbana, analisando se este foi um processo que aconteceu de acordo com ações do poder público ou se aconteceram aleatoriamente, com ações dos detentores do capital investido na localidade a estudada. Ademais, compara os dados da atividade econômica com a realidade social municipal, demonstrando de que forma o

crescimento econômico tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população e da ocupação do território do município de Ubatuba.

1.4 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está composta pelas seguintes atividades: revisão de literatura que define o crescimento econômico, o crescimento urbano e o desenvolvimento; método utilizado para a consecução da pesquisa; apresentação de resultados e discussão sobre o crescimento econômico, a expansão urbana e o desenvolvimento humano em Ubatuba na década de 2000; conclusão da pesquisa e apresentação das referências utilizadas na mesma.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Espaço e território

Diversas áreas da ciência apresentam estudos sobre o espaço. A geografia, por exemplo, defende o espaço como algo definido pelo clima e pelo relevo. Os matemáticos, por sua vez, colocam o espaço como um conglomerado de relações caracterizadas por coordenadas abstratas (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Para Becker e Wittmann (2008), o espaço é um conjunto de lugares, sendo que o lugar é a materialização da mundialidade e da especificidade. Santos (1994) expõe que o espaço é composto por um sistema de objetos e ações, no qual os objetos são dotados de interesses hegemônicos internacionais e as ações correspondem a fins e meios para o alcance de tais interesses.

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 1986, p. 22).

Perroux (1969) classifica o espaço de três maneiras diferentes: homogêneo (quando é formado por elementos similares), polarizado (quando é formado por polos que concentram atividades econômicas, políticas ou sociais que dominam as áreas em seu entorno), espaço definido por planos (conjunto de espaços econômicos com o mesmo objetivo).

Quando se discute sobre o espaço, surge a necessidade de discussão sobre território. Porém, as questões acerca de território nem sempre foram consideradas como variável fundamental para que se compreendesse a dinâmica de relações sociais e econômicas. É possível dizer que, nos primórdios, o território era um tema ignorado pelas Ciências Sociais (REIS, 2005).

Recentemente, o conceito de território tem sido adotado por diversas áreas do conhecimento e considerado como fator essencial de análise. A construção de tal conceito possibilitou o fim da polarização entre o rural, o urbano, o espaço agrícola e o espaço industrial. Além disso, no âmbito de políticas públicas, possibilitou visibilidade às economias locais (MARQUES, 2010).

O debate sobre território traz visões que o percebem como uma configuração estática ou como uma realidade complexa e dinâmica que passa por transformações derivadas das dinâmicas físicas, socioeconômicas e culturais dentro de um contexto local (GEHLEN; RIELLA, 2004).

Para Brandão (2004), há no mundo todo um entusiasmo acerca de questões atinentes ao território. O autor afirma que,

Nem mesmo no auge do debate sobre o desenvolvimento nacional na década de 50, dos desequilíbrios regionais da década de 60, ou da “questão urbana” nos anos 70 e 80 viveu-se tamanho fascínio e exaltação por tal problemática. Infelizmente, de forma paralela à reassunção de sua merecida posição teórica e política, as “questões sócio espaciais” vêm sendo vulgarizadas e reduzidas, neste contexto de verdadeiro deslumbramento em que parece que “tudo se tornou territorial” (BRANDÃO, 2004, p. 58).

Corrêa (1994) expõe que território é uma palavra advinda do latim - terra e torium, que significa terra que pertence a alguém. Entretanto, pertencer não está vinculado à propriedade da terra, mas sim a sua apropriação.

Rafestin (1993) expõe que o território é o espaço territorializado apropriado. É um local de relações entre sociedade/natureza e homens/homens, o que aponta para um espaço de ação e poder. Para o autor, o espaço se faz território ao longo de um processo de produção espacial, onde ocorre o balizamento, modificação e transformação deste através de redes e fluxos que ali se instalam.

Ainda para Raffestin (1993), quando se fala em espaço e território, também é necessário entender que o espaço é algo anterior ao território. O território é formado a partir do espaço, sendo resultado de ações de atores sintagmáticos. Quando um espaço é apropriado de forma concreta ou abstrata, o ator territorializa um espaço.

Essa territorialização acontece a partir de trabalho, energia e informação, que, por sinal, são relações imbuídas de poder.

O território também pode ser apontado como a extensão do espaço apropriado e usado, ou seja, é o nome político para o espaço de uma região ou de um país. Refletindo de maneira humana, a caracterização do território compreende a preocupação com o destino e a construção do futuro (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Percebe-se que a análise territorial é composta por um nível de complexidade elevado. Uma realidade territorial sofre influência de instrumentos de variadas escalas espaciais - arenas políticas, instâncias de poder e níveis de governo. Quando em conjunto, estas escalas funcionam como um recorte que apreende determinações e condicionantes de fenômenos sociais. Assim, um território necessita adotar estratégias multiescalares como forma de solucionar problemas de escalas espaciais específicas e atingir melhores níveis de desenvolvimento local (BRASIL, 2008).

Na dimensão das ciências sociais, o território é traduzido como um conceito que busca solucionar a complexidade da realidade e da construção social e econômica inserida em um espaço físico. Sua caracterização abrange aspectos formais – distribuição no espaço de materiais naturais e constituídos, divisão política administrativa e jurídica; e aspectos relacionados ao sentido dessa formatação – ideologias espaciais, representações e sistemas de valores (BENKO, 2007).

Souza (1995) aponta o território como uma rede de relações sociais projetadas no espaço, produtivas e capazes de produzirem singularidades. Nessa mesma perspectiva, Santos (1978) incorpora o conceito sócio-espacial, que deriva do conceito de formação socioeconômica, cujo modelo de produção, espaço e formação social e econômica são categorias indissociáveis e interdependentes.

Ratzel (1990) expõe que o território concebe organismos que fazem parte da tribo, da comuna e da família, o que proporciona o crescimento em amplitude do Estado, aumento das cifras de metros quadrados, sua força, sua riqueza e sua potência. Entende-se, portanto, território como um espaço fundamental para a evolução de qualquer população ou Estado em diversos sentidos.

Nesta ótica, Raffestin (1993) propõe o ideal de relação de poder entre homem e modificação do espaço:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (...) O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 50).

Além da relação de poder, para Holzer (1997), no interior do espaço-território, grupos e etnias convivem com ligação e enraizamento. Dessa forma, o território é composto por subjetividades, simbolismos e culturas.

Para Santos (1994), o território ganha simbolismo a partir de seu uso – "território usado". Nesta perspectiva, Claval (1999) afirma que a dimensão simbólica está ligada diretamente a dimensão da identidade, visto que, em conjuntos, estas questões constroem representações capazes de humanizar territórios. Sob este aspecto, Silva (2009) afirma:

Território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural (SILVA, 2009, p. 109).

Ainda é importante lembrar que também se questiona a relação entre regiões e territórios e, nesta perspectiva, Gorestein (2011, p. 17) expõe que

En el resto de América Latina, el discurso teórico sobre la Cuestión Regional ha pasado del término Región a la alusión más frecuente del término Territorio. Este cambio no es sólo semántico; la referencia al Territorio encierra una fuerte ambigüedad e involucra nuevas nociones y categorías analíticas, elaboradas e imbricadas en el amplio campo de las ciencias sociales, además de la Geografía y la Economía.

Para Gorestein (2011), paralelamente às questões regionais, a ideia de territórios está centrada na construção social não cristalizada, com passado, presente e futuro, onde há a interação de dinâmicas econômicas, sociais, políticas e institucionais. No território e, em suas diferentes escalas, existe a possibilidade de

acionar políticas públicas que têm objetivo de impactar as características e sustentabilidade dos processos de desenvolvimento.

Para Brandão (2004), o território passa a funcionar como um regulador autômato de relações e está dotado de propriedade para sintetizar e encarnar projetos políticos e sociais. Ocorre a personificação, fetichização e reificação do território ao se preconizar que o mesmo tenha poder de decisão, desde que dotado de grau de densidade comunitária e institucional. À ação pública caberia sensibilizá-lo e animá-lo para construir confiança e consenso duradouro. O autor ainda lembra que tais consensos surgem como pressupostos e não com o propósito a serem construídos.

Em Ubatuba o território foi demarcado fazendo divisa com Caraguatatuba, Paraty e São Luiz do Paraitinga, e hoje temos duas situações territoriais dentro do município: a região de Ubatuba que vai da divisa com Caraguatatuba até o bairro do Prumirim na região norte; o distrito de Picinguaba que compõe do Bairro do Promirim até a divisa com Paraty estado do Rio de Janeiro.

O espaço de Ubatuba é composto por um contínuo que vai da divisa com Caraguatatuba até a região central, apresentando três núcleos comerciais importantes: o primeiro está situado no Bairro da Maranduba; o segundo está localizado no bairro do Perequê Mirim; e o terceiro está localizado no da Praia Grande até o Bairro do Perequê-Açú, que compreendem a região central.

O espaço da região norte do município contém uma densa mata atlântica e pequenos núcleos de comunidades caiçaras que estão separadas pela Rodovia Rio Santos, que corta o município e que divide a faixa litorânea e a área dos Sertões.

2.2 Urbanização

Desde a Revolução Industrial, a ocupação do espaço urbano pelo homem tem tomado grandes proporções a ponto de acarretar problemas para o seu próprio bem estar social, para o meio ambiente e para a infraestrutura local. Tais problemas representam uma característica típica da maioria das cidades da América Latina.

Segundo Barros (2008), o principal problema do crescimento urbano não é mais o crescimento populacional ou os altos índices de migração, mas sim o modelo de crescimento espacial desordenado e seu processo de formação dinâmico, o qual, conseqüentemente, acarretará o fenômeno da periferização.

O crescimento e a expansão urbana trazem, em seu próprio processo constitutivo, riscos e perigos que se expressam pela falta de ajuste e aderência da produção do espaço urbano aos sistemas naturais, desde o sítio até ritmos regionais de chuvas, ventos e biodiversidade (MARANDOLA JR. et al., 2013, p.36).

De acordo com Silva (1997), o processo de urbanização consiste no crescimento da população urbana em relação à população rural. É um fenômeno de desconcentração urbana e conseqüente crescimento e desenvolvimento das cidades. Uma sociedade é considerada urbanizada quando a população urbana ultrapassa 50% em relação à população rural.

Moreira Neto (1997) defende que o processo de urbanização é o processo de crescimento da população urbana em relação à população rural, mesmo assim, o acesso à urbanização não se faz a partir da segregação entre área rural e urbana.

Para Corrêa (1995), o espaço urbano é o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Estes usos definem áreas como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços, de gestão, áreas industriais e residenciais, entre outros. O conjunto destes usos da terra representa a organização espacial da cidade, também conhecido como o espaço urbano fragmentado.

Nesta linha, o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, num agrupamento de símbolos e campos de luta. Ademais, a produção do espaço urbano é feita e refeita por agentes sociais, que se apresentam como proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1995).

Em se tratando da urbanização brasileira, Brito (2006) aponta que esse foi um processo considerado acelerado e que permitiu a formação da sociedade brasileira moderna. Tal urbanização esteve acompanhada por transformações nas esferas social, política, econômica e demográfica, principalmente a partir do século XX.

Mesmo assim, deve-se considerar que as cidades brasileiras se originam desde o período colonial.

Entretanto, segundo Furtado (1961), na época da colônia, o que se via eram cidades articuladas no entorno de capitais de província onde estavam concentradas as atividades econômicas da época.

A partir da expansão da economia cafeeira e da política de substituição de importações é que se ampliou a articulação entre as regiões urbanizadas. Mesmo assim, o Brasil ainda não dispunha de uma rede de cidades integradas nacionalmente, visto que apresentava um sistema de transporte e de comunicação precários e um vasto território com diversidades em seu ecossistema. No início do século XX, o número de cidades que se destacavam pela urbanização era pequeno. Na Região Norte, o destaque era dado para Belém e Manaus. No Nordeste o destaque era para Fortaleza, Recife e Salvador. Curitiba e Porto Alegre eram os destaques da região Sul e no Centro-Oeste o destaque era para Cuiabá (BRITO, 2006).

Neste mesmo período, a Região Sudeste concentrava a produção de café e a industrialização do país, destacando as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que concentravam mais da metade da população de todos os estados do Brasil. No ano de 1920, a população brasileira era de 27,5 milhões de habitantes, sendo que apenas 74 municípios possuíam mais de 20 mil habitantes (BRITO; PINHO, 2012).

Para Rolnik (1997), desde o início do século XX, foram configurados novos eixos de valorização do solo urbano, contribuindo para a diversificação do mercado imobiliário urbano. A nova configuração trazia o centro como um espaço comercial elegante; surgiram os bairros residenciais exclusivos e as primeiras regras de cidade vertical; e os subúrbios populares foram sendo distanciados da elite.

Na década de 1930, o cenário socioeconômico brasileiro continuou a enfrentar mudanças que se consolidavam com o crescimento de uma economia urbano industrial. Mais adiante, na década de 1950 o sistema de transportes e de comunicação começa a sofrer transformações advindas do Plano de Metas implantado pelo governo de Juscelino Kubtschek (BRITO; PINHO, 2012).

Por volta de 1960, a rede urbana brasileira caracterizava-se, por diversas características, das quais para Corrêa (2001) se destacam apenas três: a relativamente pequena complexidade funcional dos centros urbanos; o pequeno grau de articulação entre os centros, definindo um padrão de articulação ainda fortemente marcado por relações regionais. A terceira característica, que emerge das anteriores, era o padrão espacial com que a rede urbana estava construída.

Silva e Silveira Neto (2009, p. 300) indicam que

No Brasil, apesar da desconcentração industrial ocorrida nas últimas décadas, dados de 2004 mostram que 77,4% do emprego formal na indústria de transformação ainda se encontra concentrado nas regiões Sul e Sudeste, sobretudo, no estado de São Paulo, que responde por 36,6%. Contudo, entre os anos de 1994 e 2004, verifica-se que há um decréscimo da participação estadual no emprego industrial na região Sudeste (...), e um crescimento nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país, o que poderia indicar o surgimento de novos polos dinâmicos de crescimento nestas áreas.

A urbanização se tornou uma realidade para a sociedade brasileira, que se estruturava cada vez mais em espaços urbanos (LEFEBVRE, 2008). Estas transformações passaram a construir um cenário urbano irreversível, que está imbuído de atividades econômicas e de novas estruturas sociais, de produção e de estilo de vida (BRITO, 2005).

No Censo de 1970, era possível observar que durante a década de 1960, a população urbana havia superado a população rural no Brasil. Pensando historicamente, este é um fenômeno recente. Na segunda metade do século XX, a população urbana passou de 19 milhões de habitantes para 138 milhões de habitantes, o que apontava uma taxa 4,1% de crescimento médio anual (BRITO; PINHO, 2012).

Para visualizar mais facilmente a variação populacional, a Tabela 1 expõe o crescimento urbano brasileiro entre as décadas de 1970 até a década de 2000.

Tabela 1 – População total, urbana e grau de urbanização do Brasil entre as décadas de 1980 e 2000

Período	População Total	População Urbana	Grau de Urbanização
1980	119.502.716	80.436.419	67,31%
1991	146.825.475	110.990.990	75,59%
2000	169.544.443	137.697.439	81,22%
2010	190.755.799	160.925.792	84,36%

Fonte: Adaptado de Brito e Pinho (2010)

Ainda assim, Brandão (2011) coloca que no Brasil, não se logrou a realização de um pacto que universalizasse serviços públicos, infraestruturas sociais e meios de consumo/direitos urbano-coletivos no chão da reprodução social da vida “dos de baixo”. O fato é que maior parte da população urbana está disposta em uma sociabilidade urbanizada precária que carece de direito à cidade, a justiça social e ao planejamento.

Rolnik (1997) aponta que, na maior parte das vezes, os investimentos públicos estiveram voltados para a parcela mais elitista da sociedade. O resultado foi a ocupação de grandes loteamentos carentes de infraestrutura e equipamentos urbanos básicos pela parcela de população menos favorecida.

Para Krugman et al. (2002), na atualidade a temática urbana passa por políticas de gestão empreendedora de um dado espaço urbano, voltando o seu foco para as perspectivas de marketing, de competitividade, de administração privada e de cenários estratégicos em detrimento das discussões sobre sociologia, urbanismo, economia política e demais aspectos. O autor considera que as temáticas regionais têm estudado, por exemplo, a convergência de renda entre regiões, o equilíbrio espacial, a inovação, as economias de escala e as distorções geradas pelas falhas nas intervenções estatais.

Vainer (2003) indica que a era contemporânea está imbuída de dois tipos de utopias urbanas. A primeira se refere a uma utopia de cidade-empresa, de cidade-mercadoria e de cidade-negócio. Essas cidades refletem-se como cidades do marketing e do consensual. Nelas, existe um repúdio sobre qualquer debate a fim de

se evitarem conflitos. Por outro lado, a segunda utopia traz a ideia de cidade-democrática, a qual tem sua base dirigida pela política.

Nesta vertente, o conflito é bem-vindo por ser visto como um elemento transformador. Ali, os cidadãos não são vistos como expectadores das realizações de prefeitos e nem como consumidores de mercadorias urbanas. Os habitantes são cidadãos em construção que, ao se construírem, também constroem a cidade.

Para Brandão (2004), a construção de uma visão crítica aponta para a impossibilidade de uma teoria geral e abstrata para as problemáticas regionais e urbanas. O âmbito desta discussão estrutural deve estar no processo de desenvolvimento e, desta forma, deve ocorrer uma aproximação recorrente de análises de dimensões espaciais e dos processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Nesse cenário, há enorme dificuldade imposta à construção do dissenso neste contexto acadêmico e político de hegemonia do pensamento que se apresenta como novidade analítica e política, mas na verdade tem suas raízes em matrizes teóricas bastante antigas e que não deram conta das transformações estruturais ocorridas nas últimas décadas (BRANDÃO, 2004, p. 59).

Para Borja e Castells (1996), houve um rebaixamento teórico no qual se diagnostica o fim da política e dos conflitos, mas se observa a busca por consensos preestabelecidos e da identidade de resultados. Nessa ótica, os espaços urbanos e regionais estão aptos para saltarem escalas locais para escalas mundiais para se inserirem e se articularem nas redes e fluxos globalizados. Ademais, a lógica prevalecente é a da urgência da crise e não se respeita o tempo dos sujeitos políticos e sociais.

De acordo com Brandão (2004, p. 58),

O esforço do debate coletivo na área do desenvolvimento regional e urbano necessita aprofundar o balanço de quais são as reais rupturas e persistências (produtivas, sociais, institucionais, políticas) do capitalismo atual e seus impactos espaciais-territoriais mais marcantes. O que realmente mudou? (...) Será possível e viável politicamente tomar o território como produto de relações sociais a fim de construir políticas públicas?

Lefebvre (1991) dispõe que a realização da sociedade urbanizada exige uma planificação orientada para as necessidades sociais e necessidades da sociedade urbana. Neste ponto, forças políticas são indispensáveis para a operação destes meios.

Para Rolnik (1997), o espaço urbano está em constante evolução e transformação. Nesta lógica, uma cidade terá sempre espaços legais e ilegais, uma vez que estes espaços coexistem. No caso de espaços ilegais, encontram-se os desequilíbrios urbanos, que sofrem com a ambiguidade de legislação que permite e produz uma “ilegalidade”.

Nesta linha, Rolnik (1997) argumenta que cabe ao cidadão e ao poder público, a elaboração de uma legislação comprometida, justa e não excludente para a recuperação da qualidade dos espaços urbanos de maneira participativa.

Na localidade em estudo não se encontra na prática um programa que cuidou da questão Urbana.

Com o advento da Constituição de 1988, foram separados os parâmetros dos municípios que seriam obrigados a utilizar um Plano Diretor Municipal e quem poderia usar o Estatutos das Cidades, ou seja municípios com mais 20 mil habitantes devem seguir um Plano Diretor, como segue “*in verbis*”.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (Regulamento)
§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

Em Ubatuba existia uma lei de uso e ocupação do solo com título de Lei 711/84, com o advento deste instituto constitucional Ubatuba contava na época com mais de 20 mil habitantes e transformou esta lei em Plano Diretor que é utilizado até hoje, com adaptações ou emendas que são feitas.

Ainda assim, não foi feito um estudo de viabilidade urbana, plano viário, plano cartográfico, mapeamento do solo ou audiências públicas para se criar um Plano

Diretor efetivo que atendesse as necessidades de hoje e para um futuro não tão distante.

2.2.1 O lugar central e os ciclos econômicos brasileiros, e o desenvolvimento das atividades econômicas.

De acordo com Christaller (1966), o lugar central – núcleo urbano original origina-se do elemento organizador da curva da oferta e demanda de bens no espaço, que traça a área de mercado onde ocorrem intensos fluxos de troca, em área geográfica espacialmente demarcada.

Entretanto, o autor considera que a extensão da área de mercado é restringida pelo atrito espacial da distância, segundo a qual a curva de demanda dos bens no espaço é função inversa do crescimento dos custos de transporte. Sendo assim, o espaço geográfico caracterizado por fortes relações de trocas internas e fracas relações externas é chamado de região, em termos estritamente econômicos.

Para completar essa definição, North (1955) introduz a ideia da base exportadora regional, na qual a partir da exploração de vantagens comparativas, a exportação de bens para fora da área de mercado regional é fator determinante de integração inter-regional e realimentação do crescimento do lugar central, advindo de retornos crescentes de escala ou economias de especialização regional.

Richardson (1973) ainda cita que a expansão da oferta de bens residenciais de baixa transportabilidade, integrados principalmente pelos serviços, constitui fator determinante da solidez da integração inter-regional e desenvolvimento de economias de urbanização.

As várias transformações que ocorreram ao longo dos ciclos da economia são muito conhecidas e são capazes de mostrar, por exemplo, as moldagens da dinâmica macroespacial e da economia ao longo das variadas etapas da história brasileira (FURTADO, 1991).

Dessa forma, a economia colonial agroexportadora, estruturada em cidades-regiões de arquipélagos-autarquias, imbuída à matriz europeia, evoluiu, a partir da industrialização da década de 1930, para um espaço nacional (PRADO JR., 1994).

Para Oliveira (1984), o período pós 1950 desencadeou a transformação de uma configuração macroespacial de “economias regionais nacionalmente localizadas” para uma “economia nacional regionalmente localizada”, comandada por São Paulo. Partindo para o período pós 1970, Cano (1998) aponta uma desconcentração macroespacial para fora da região do Estado de São Paulo, impulsionada pelas deseconomias de aglomeração e políticas regionais explicitadas pelo regime militar.

Após 1990, Araújo (2000) afirma que, vista a existência do cenário de reestruturação produtivo-territorial e da abertura econômica ausente de políticas tecnológicas e industriais compensatórias, pensou-se na tese da fragmentação do espaço nacional, na qual algumas regiões dinâmicas estariam conectadas à economia internacional, enquanto os antigos laços de complementaridade produtiva entre regiões brasileiras, que foram consolidadas no nacional-desenvolvimentismo, se desmanchariam rapidamente.

Rolnik e Klink (2011) argumentam a existência de um diálogo crítico a partir da observação destes avanços ao longo do tempo, onde se problematiza as relações entre economia e trajetória das cidades e regiões em geral, e as mudanças e continuidades no padrão de desenvolvimento regional e urbano. Percebe-se que o processo de reestruturação sócio produtivo e territorial acompanhou os diversos ciclos econômicos brasileiros, mas mantêm os desafios estruturais, principalmente aqueles relacionados às disparidades sócio espaciais que marcam o território brasileiro na escala macrorregional e urbana.

Com relação ao crescimento econômico, Kroetz et al. (2010) afirmam que em uma determinada localidade ele pode ser percebido pelo desempenho de suas contas regionais agregadas, ou seja, levando em consideração o cálculo do produto que a economia da região gerou em um período determinado.

Nessa linha, Pinho e Vasconcellos (1998) apontam que o crescimento econômico provoca o aumento contínuo do produto nacional em escala global ou per capita ao longo do tempo, isto é, revela a eficiência do sistema produtivo. Esse

crescimento contínuo implica em alterações estruturais quantitativas e qualitativas para a população como, por exemplo, redução da taxa de natalidade e mortalidade; ampliação dos sistemas escolar e de saúde; acessibilidade aos meios de transporte, de comunicação e culturais e melhor integração com economias mundiais.

Para Sandroni (1994), crescimento econômico é compreendido como o aumento da capacidade produtiva da economia, isto é, da produção de bens e serviços de um país ou de uma região econômica. Sendo assim, é calculado por meio da evolução anual do Produto Nacional Bruto – PNB ou pelo Produto Interno Bruto – PIB. Ademais, também pode ser indicado pelo crescimento da força de trabalho, pela receita nacional poupada e investida e também pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico de uma economia.

Em Ubatuba o primeiro ciclo econômico se deu na região central, onde as atividades econômicas concentraram-se nos bairros do Centro, do Itaguá e do Perequê-Açú. Este foi o ponto de partida para a expansão urbana durante o período estudado neste trabalho.

Com a especulação imobiliária, o município foi se redimensionando, principalmente a partir da ampliação dos elos de ligação que foram a Rodovia Rio Santos e a Rodovia Osvaldo Cruz, que cortaram o município de norte a sul e de leste a oeste.

Porém, além das Rodovias, a cidade não teve grandes investimentos do poder público nos serviços básicos como: saúde, educação, segurança e infraestrutura urbanística, sanitária, de abastecimento, entre outros.

A mancha urbana do município foi se expandindo e, com isto, novos lugares e centros econômicos apareceram principalmente em direção a região sul, no sentido de Caraguatatuba, fato este que impulsionou o deslocamento do processo de ocupação em direção ao Sul.

Neste quadro de expansão urbana e econômica condomínios e aparelhamento náuticos foram criados e surgiram as marinas que contribuíram para o desenvolvimento de bairros, tais como: Saco da Ribeira, Lázaro, Perequê Mirim e Enseada. Os proprietários de embarcações nestas marinas começaram a ocupar os

bairros próximos, o que abriu espaço para a criação de pequenos centros comerciais locais.

As atividades, neste momento ainda não ocorreram na região norte do município, pois nesta área, somente a especulação imobiliária se desenvolveu, pois pequenas áreas foram sendo ocupadas e as vilas de pescadores foram sendo ocupadas e habitadas por turistas.

Os pescadores que foram alijados de seu espaço original(Ver estudo da Rosana Viera, USP)migraram para as regiões centrais em busca de oportunidades, visto a falta de políticas públicas que mantivessem as comunidades caiçaras intactas ou que estimulassem a cultura caiçara para fomentar o turismo.

2.3 Os riscos da urbanização no Litoral Norte de São Paulo

Peeling (2003) considera que, historicamente, as cidades não foram construídas nos moldes do desenvolvimento sustentável. Quando se pensa na questão ecológica para as cidades, esbarra-se em fraquezas como a incapacidade de vincular os imperativos humanos e ecológicos em uma urbanização sustentável e de equalizar a pobreza e a desigualdade que se manifesta na vulnerabilidade da sociedade urbana.

Para Hogan et al. (2010), a questão da vulnerabilidade da sociedade é frequentemente delimitada por desastres associados a áreas de risco, problemas urbanos e problemas ambientais em geral. Além disso, ainda hoje o crescimento urbano e o crescimento populacional são, muitas vezes, elementos associados. Este último frequentemente é responsabilizado pelos males de uma expansão sem limites e pela continuidade do crescimento das cidades.

Quando se pensa em onde e como a população urbana irá habitar não é somente um problema locacional. De acordo com Acselrad (2002) e Marandola Jr. (2012), a situação das pessoas que residem em áreas de risco está ligada aos processos de produção da cidade e aos terrenos que são deixados de lado para essa parcela populacional. Os problemas advindos destes fatores estão geralmente relacionados à justiça ambiental, segregação e exclusão.

A problemática se agrava à medida que os próprios sítios são naturalmente fragilizados, como ocorre nas áreas costeiras do litoral norte do estado de São Paulo. Nesta região, na porção norte são encontradas escarpas tropicais que formam a Serra do Mar nas proximidades da orla litorânea. A serra entrecorta planícies oceânicas a partir de vertentes íngremes que podem se elevar a mil metros em menos de um quilometro (ABSABER, 2003).

Cruz (1974) explica que a ação das massas de ar Atlântica e Polar formam chuvas orográficas na encosta, fato que castiga vertentes de solo fino sobre as formações basálticas e gera um solapamento que produz longas cicatrizes ao longo das escarpas. A formação de várzeas é comum pela variabilidade de nível acentuada nas planícies, que ficam vulneráveis a enchentes e que sofrem frequente sedimentação.

Para Marandola Jr. et al. (2013, p. 37),

É justamente neste sítio que tem ocorrido um dos mais acentuados processos de expansão e crescimento urbano do Estado de São Paulo: os municípios de Caraguatatuba, São Sebastião e Ubatuba, que ocupam todo o litoral norte, junto com o município de Ilhabela, que fica na ilha de São Sebastião, passaram por uma de suas décadas de maior crescimento urbano e econômico, no contexto de grandes transformações que envolvem a exploração de gás e petróleo, a expansão do porto de São Sebastião, a consolidação de um novo tipo de turismo e da própria urbanização.

De acordo com Castro e Mello (2012), a contínua urbanização regional sobre este sítio naturalmente frágil dá vazão para condições ambientais estressantes. As mudanças climáticas que assolam o globo, passam a atingir especialmente as regiões litorâneas, que muitas vezes não estão preparadas para diagnosticar os problemas em termos de legislação e de capacidade de resposta para responder às vulnerabilidades crescentes.

Marandola Jr. et al. (2013) indicam que a partir da análise do Censo de 2010, deu-se a importância da reflexão sobre a intensidade, a forma, consequências, riscos e vulnerabilidades do crescimento do litoral norte na última década.

Se há uma relação entre urbanização e risco, então a tendência é que o crescimento da última década tenha acentuado antigas áreas de risco, além de potencialmente criado outras, já que a expansão urbana, sem o devido ajuste aos sistemas biofísicos, tenda a avançar

sobre áreas frágeis como encostas e fundos de vale (MARADOLA JR. ET AL., 2013, p. 38).

Luchiari (1999) afirma que o desenvolvimento urbano do litoral norte do estado de São Paulo foi impulsionado por grandes obras realizadas na região. Primeiramente, o autor cita a criação do Terminal Marítimo Almirante Barroso para a exploração do porto de São Sebastião. Em um segundo momento, cita a construção da Rodovia dos Tamoios para ligação do planalto ao litoral e a construção da Rodovia Rio-Santos para a ligação de todo o litoral norte do estado. Estes projetos seriam os vetores do desenvolvimento regional de municípios tradicionais para uma área urbana centrada em exploração da atividade turística.

Segundo Schvasbeg (2003), as transformações espaciais e socioeconômicas das cidades, os novos modelos populacionais, as desigualdades regionais, as mudanças no mercado de trabalho e novos conceitos de ocupação de território são fatores ligados ao processo de urbanização. Muitas vezes, os grandes investimentos são os responsáveis por impulsionar o desenvolvimento urbano de uma região.

Para Rocha (2011), há aproximadamente uma década uma nova leva de investimento tem contribuído para mudanças na utilização e ocupação do solo, para o perfil da urbanização e para os impactos ambientais gerados por estes processos. O descobrimento do pré-sal e a ampliação do porto de São Sebastião, por exemplo, podem ter contribuído para atrair população em busca de emprego, fato que pode ter colaborado como promoção de um alto ritmo de crescimento da população sem que houvesse um planejamento para novas necessidades locais.

Para Marandola Jr. (2013), esta região se caracteriza por uma reduzida extensão de planície costeira destinada à construção habitacional, o que impulsiona a ocupação de várzeas com baixos declives e áreas de intensas chuvas orográficas, gerando aumento de áreas de risco como encostas de morros, áreas de preservação ambiental, leitos de rios e próximas a costa.

Villaschi (2003) ressalta que as consequências de processos inadequados de crescimento afetam o nível de condição sanitária, serviços básicos para a vida nas cidades e habitações em condições precárias de vida. Ainda assim, aponta que o

problema não é originário do crescimento populacional, mas sim dos riscos de transformações da urbanização em ambientes naturalmente fragilizados.

Para Hogan (2009), as mudanças ambientais climáticas recebem grande importância no cenário contemporâneo. Em relação à interface terra-mar, as cidades do litoral recebem interesse especial. Estas cidades já apresentam conflitos e questões a serem resolvidas e que agora estão aliados ao acúmulo de problemas ambientais e ao atraso no planejamento de infraestrutura ambiental.

Carmo e Marques (2009) indicam que o litoral norte paulista está inserido na faixa tropical que sofre influências diretas do domínio climático do Tropical Atlântico e por isso tem forte tendência a sofrer com alterações climáticas e ambientais a que estão expostas – erosão marinha, elevação do nível do mar, salinização dos deltas dos rios, e demais riscos e perigos específicos.

Cruz (1974) analisa que alguns fatores que fazem parte da vulnerabilidade local são: geomorfologia do local, localização geográfica, vegetação predominante e clima. O conjunto destes fatores expõe a população a riscos frequentes. O litoral norte é próximo a Serra do Mar e a encosta oceânica, fazendo com que seu relevo apresente sistemas de falhamentos por deformações e rupturas que tornam esta região suscetível a eventos de escorregamentos, deslocamento gravitacional das massas e intensidade fluvial.

Considerando-se a pouca extensão territorial da planície costeira, sendo a maior parte na cidade de Caraguatatuba, e a maneira intensa como as quatro cidades do litoral norte paulista vêm se expandindo, a malha urbana faz com que seja cada vez mais evidente a alocação da população em áreas de risco, principalmente próximo a encostas íngremes da Serra do Mar e a leitos fluviais. Algumas localidades do litoral norte paulista recebem o nome de litoral afogado, por ter o mergulho direto da Serra do Mar no oceano (MARANDOLA JR. ET AL., 2013, p. 41).

Marandola Jr. et al. (2013) também consideram que o clima predominante no litoral norte paulista é tropical úmido de altitude. Isso indica que as chuvas são fenômenos constantes durante o ano inteiro e se intensificam no verão, entre os meses de dezembro e março. Justamente neste período do ano, as atividades turísticas se intensificam e causam mais pressão sobre o meio ambiente.

Segundo os autores, o resultado pode ser o aparecimento de desastres naturais a que se associam os fatores hidrometeorológicos – inundações, deslizamento de massas e escorregamento. Portanto, quando a população de veraneio aumenta, os riscos ambientais também são intensificados e podem atingir parcelas da população vulnerável.

Segundo Hogan (1993), na maioria das vezes a população com menos condições sociais é a que mais sofre com os desastres ambientais. No município de São Sebastião e Caraguatatuba, por exemplo, o espaço urbano tem se expandido de forma intensa ao longo dos últimos anos. Ainda assim, a infraestrutura local não acompanha o ritmo de crescimento das cidades e coloca a população em alerta quanto aos perigos da possibilidade de catástrofes na região.

Marandola Jr. et al. (2013) aponta que na década de 2000, os padrões de urbanização observados no litoral norte paulista se associavam às crises dos anos de 1980 e 1990 em decorrência da ruptura entre planejamento territorial e políticas urbanas destas cidades. Nos centros urbanos de todo o Estado, entre os anos de 2000 e 2010 ainda foi observado crescimento urbano desorganizado, passando por empreendimentos de condomínios residenciais e por extensão das periferias que se desenvolviam nas áreas urbanas mais carentes.

No caso do litoral, ainda há que se considerar o fator da fragilidade natural de seu sítio. Em geral, as áreas urbanas litorâneas concentraram-se nas planícies costeiras, entre a linha da orla e a escarpa da Serra do Mar. Essa limitação apontou para duas vertentes de crescimento – refuncionalização de áreas planas e ocupação de áreas limítrofes entre planícies e escarpa (MARANDOLA JR. ET AL., 2013).

Segundo Modesto (2011), um exemplo de refuncionalização de áreas planas é o Terminal Marítimo de São Sebastião, construído na década de 1960. Para que fosse construído, foi necessário realizar a desocupação de áreas rurais que já estavam presentes em áreas relativamente urbanas. A partir de sua instalação a migração populacional para o município foi potencializada pela busca de emprego. Hoje, o terminal faz parte das ameaças ambientais relacionadas ao vazamento de óleo nas águas, a contaminação do solo, a incêndios e às explosões. Mesmo assim, é

circundado por bairros urbanos que devem estar sempre alertas quando aos riscos de se viver neste local.

Quanto à ocupação de áreas limítrofes entre planície e escarpa, a situação é mais branda. Os bairros que avançam o sopé de taludes nos municípios litorâneos estão sujeitos a assentamento urbano precário e estão carentes de infraestrutura para drenagem, pavimentação, serviços básicos, saneamento, coleta de lixo, redes de energia e outros. Todos estes fatores estão somados aos riscos naturais como enchentes, inundações e instabilidade estrutural das encostas (MARQUES, 2010).

Francine Jr. et al. (2009) argumentam que os problemas existentes nesse tipo de urbanização não recaem somente no crescimento da população urbana. O que ocorre é a falta de políticas públicas que auxiliem o desenvolvimento das regiões. No litoral norte paulista, o processo de urbanização já apresenta riscos em sua constituição. Daqui em diante, a 'metropolização' trará novos questionamentos, novas demandas e novos modelos urbanos que ainda não foram planejados e nem previstos. Assim, é possível considerar que os municípios não estão preparados para vivenciar as mudanças causadas por modelos de desenvolvimento de escala global e pelo meio ambiente.

Cidades litorâneas têm certas particularidades especiais, como o mangue, áreas verdes, áreas de preservação permanente, encostas, morros e o principal que é o mar.

Ubatuba encontra dificuldades diversas dentro do que foi citado acima, questões ambientais são causas que geram conflitos com o crescimento Urbano do município, haja vista que não se tem fiscalização efetiva e que os órgãos competentes não se comunicam. O município não tem autonomia para decidir sobre seu próprio traçado, haja vista que para tudo se faz necessária aprovação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente ou de parecer favorável do Ministério Público Federal.

Com o advento do Decreto Lei 15.684/14 que veio para resolver conflitos ambientais e pacificar as áreas regulares em seu artigo 40 deixa bem claro que loteamentos regulares manterão suas áreas de preservação permanente da forma que foram implantadas na época em que foram registrados no Cartório de Imóveis como segue "*in verbis*":

Artigo 40 - Nas áreas de ocupação antrópica consolidada em área urbana, fica assegurado o uso alternativo do solo previsto no inciso VI do artigo 3º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, respeitadas as áreas de preservação permanente previstas pela legislação em vigor à época da implantação do empreendimento.

Parágrafo único - Fica assegurado o direito de construir em lotes oriundos de parcelamento do solo urbano registrado no Serviço de Registro de Imóveis competente, desde que respeitadas as Áreas de Preservação Permanente, exigidas pela legislação vigente na data da implantação do licenciamento ambiental e do registro do parcelamento do solo para fins urbanos, aprovado segundo a legislação específica.

São questões que dificultam a urbanização e diminuem o grau de investimentos imobiliários, fazendo com que as áreas fiquem intactas. Porém, isso fomenta a criação de loteamentos e parcelamentos do solo irregulares, aumentando o nível de favelização nas encostas devido a ausência de fiscalização ostensiva.

2.3.1 Histórico de Ubatuba – do índio ao turismo litorâneo

De acordo com Sampaio (1928), a origem da palavra Ubatuba passa por algumas variações a serem consideradas: *Ybá-tyba* - sítio das frutas, frutal ou sítio das canoas; *Uyba-tyba*: sítio das flechas, flechal ou canavial bravo. Ainda assim, considera-se que a segunda opção é a mais viável, visto que aquele território era coberto por extensos canaviais silvestres, denominados como cana ou ubá. Ademais, seu sufixo *tuba* ou *tiba* são termos utilizados para referir-se a acidentes geográficos permanentes em uma região.

Ubatuba está localizada no litoral norte do estado de São Paulo e é cercada pela Serra do Mar. O município possui 102 praias e situa-se sob o Trópico de Capricórnio, iniciando seu período de verão no dia 21 de dezembro. Esta localidade é a primeira porção de terra, em toda a América, que recebe os primeiros raios solares do dia. Ao meio dia, por alguns instantes, o Sol aparece a pino e não há sombra por toda a sua extensão (PILAN, 2006).

De acordo com dados recolhidos no sítio eletrônico da Prefeitura de Ubatuba¹, os índios Tupinambás foram os primeiros a habitarem a região. O que consta é que este povo detinha a prática da canoagem e convivia em paz com os indígenas que

¹ Disponível em: <<http://www.ubatuba.sp.gov.br/>> Acesso em 22 Set. 2015.

habitavam os planaltos. Esta tribo se estendia desde o Rio Juquerê, próximo a São Sebastião/SP até o cabo de São Tomé, localizado no estado do Espírito Santo. Nesta fase, Ubatuba era conhecida como Aldeia de Iperoig.

De acordo com Pilan (2006, p. 15),

Os europeus, principalmente portugueses e franceses, quando aqui chegaram no século XVI, a fim de colonizar a terra e explorar suas riquezas, tentaram escravizar os indígenas e, para isso, lançaram mão de todos os recursos possíveis. Os portugueses, em São Vicente, procuraram manter relações de amizade com os tupiniquins, mantendo-os a seu lado e a favor de seus interesses. Os franceses fizeram o mesmo com os tupinambás.

A partir daí tupinambás e tupiniquins fortaleceram sua relação de inimizade, que se eram iludidas por seus falsos aliados colonizadores que se beneficiavam e exploravam sua agressividade recíproca. Anteriormente, os indígenas tupis já se rivalizavam por questões ligadas a áreas de lavoura, de caça, de pesca e da captura de prisioneiros para rituais antropofágicos (RIBEIRO, 2004).

Segundo Torres (2004), por volta dos anos de 1554 e 1555, tupinambás reuniram suas tribos para guerrear contra portugueses e tupiniquins, na maior guerra contra colonizadores registrada na história brasileira. Este episódio ficou conhecido como Confederação dos Tamoios, liderada por Cunhambebe - cacique tupinambá que habitava a atual região de Angra dos Reis.

Torres (2004) prossegue afirmando que, em 1563, com o intuito de pacificar e converter os indígenas em guerra, os jesuítas José de Anchieta e Manoel da Nóbrega desembarcaram na Aldeia de Iperoig e, a princípio, foram mantidos como reféns da tribo tupinambá. Mais tarde, estes foram levados a São Vicente para darem continuidade à negociação de paz. No mesmo ano, no dia 14 de setembro, firmou-se a Paz de Iperoig, onde se decidiu que portugueses estariam proibidos de atacar e aprisionar índios e libertar aqueles que haviam sido capturados anteriormente. Entretanto, a paz durou pouco tempo, visto que cerca de um ano depois, portugueses, munidos de armar de fogo e de um número expressivo de soldados, voltaram a atacar as tribos.

Anchieta ficou prisioneiro durante aproximadamente quatro meses e nesse período escreveu vários poemas, dentre eles o célebre “Poema à Virgem” nas areias da praia do Cruzeiro, enquanto Manoel da Nóbrega voltava à Aldeia de São Paulo para concluir o Tratado da Paz de Iperoig – o primeiro tratado de paz das Américas (PILAN, 2006, p. 16).

Para Ribeiro (2004), em 1567, o desequilíbrio de forças levou a vitória de portugueses e aliados contra as tribos. Isso fez com que o território ficasse livre para a colonização da terra e exploração de suas riquezas. Além disso, a Coroa negou qualquer direito legítimo ao espaço ocupado pelos indígenas, visto que esta considerava que não existia nada de extraordinário em um ato de expropriação. Ao fim, estima-se que a Confederação dos Tamoios tenha se perdurado por um período de, aproximadamente, 12 anos.

No que diz respeito à Ubatuba, Marcílio (1982, p. 22) apud Pilan (2006) afirma que,

Com a violência da doença e da morte, se junta à violência da desculturação provocada pelo colono, pelo sistema colonial nascente que completa o ciclo terrificante da velha trilogia apocalíptica: *peste, fame et bello*. Os índios, que sobraram na primeira mortandade coletiva, tiveram duas opções: a submissão ou a fuga para mata próxima. Ambas foram escolhidas e, assim, desapareciam os primitivos moradores da terra de Ubatuba, desocupando o espaço para a entrada de novos ocupantes.

Pilan (2006) coloca que, mais tarde, no ano de 1637, a Aldeia de Iperoig foi elevada à condição de vila, passando a ser denominada como Vila Nova da Exaltação a Santa Cruz do Salvador de Ubatuba. Nesta época, os colonos se multiplicaram e cresceram as instalações de engenhos de açúcar, serrarias, olarias e fazendas na região. Até o ano de 1787, o porto para escoamento da produção fez com que a vila prosperasse. Porém, a partir deste ano, o governador da província de São Paulo decretou a utilização do porto de Santos para as atividades de escoamento. A partir daí, Ubatuba entrou em decadência e passou a produzir somente o necessário para a sobrevivência de sua população.

De acordo com informações da Prefeitura de Ubatuba, o governador decretou que todas as embarcações do litoral seriam obrigadas a se dirigir ao porto de Santos, pois lá os preços obtidos pelas mercadorias eram mais baixos. Após esta pressão do

governo, Ubatuba entrou em franca decadência e muitos de seus produtores abandonaram os canaviais. A partir de 1808, com a chegada da família real ao Brasil, a abertura dos portos beneficiou diretamente a Vila de Ubatuba e o comércio se impulsionou a partir do cultivo do café, que era enviado para o Rio de Janeiro através da estrada Ubatuba – Taubaté.

Pilan (2006) aponta que, apesar da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz de 1850, que proibia o tráfico negreiro, esta prática perdurou clandestinamente em algumas praias de Ubatuba. Em sua maioria, o desembarque acontecia em praias mais afastadas, como Fortaleza, Caçandoca do Sul e Ubatumirim. A partir dali, os negros eram conduzidos às fazendas do Vale do Paraíba através de veredas nas matas. Neste destino final, eram comercializados a altos preços.

Dados da Prefeitura de Ubatuba afirmam que nesta época, a plantação de cana-de-açúcar permitiu que Ubatuba tivesse uma economia significativa. Em complemento, a partir do surgimento da economia do ouro, a região do Litoral Norte se transformou em produtora de açúcar e aguardente para o abastecimento das áreas de Minas Gerais. Em consequência, o processo de urbanização evoluiu através da abertura de ruas, da construção do cemitério, de igrejas, do teatro, de chafariz com água encanada e de casarões coloniais que abrigavam a elite local. Assim, em 1855, Ubatuba foi elevada à categoria de cidade e contava com, aproximadamente, 8.000 habitantes.

De acordo com a mesma fonte, esse período próspero foi apoiado pela construção da ferrovia Santos-Jundiaí, que mais tardiamente levaria o município a um novo período de declínio, quando a economia cafeeira se deslocou para a região do Oeste Paulista. Assim, entre os anos de 1870 e 1932, Ubatuba enfrentou decadência e se isolou. Suas terras se desvalorizaram e suas grandes propriedades se transformaram em ruínas. No ano de 1940, sua população era de, aproximadamente 3.000 habitantes.

Pilan (2006) coloca que o crescimento da cidade volta a ocorrer a partir do ano de 1933 quando, através do antigo traçado dos tropeiros, foi aberta a estrada que liga Ubatuba a Taubaté que, em 1970 foi denominada Rodovia Osvaldo Cruz (SP-125).

Neste mesmo período, também foi inaugurada a Rodovia Rio-Santos (BR-101). De acordo com a Prefeitura de Ubatuba, a abertura das estradas possibilitou que uma nova atividade econômica se destacasse nessa região – o turismo.

A Prefeitura de Ubatuba ainda destaca que, no início da década de 1950 a abertura da Rodovia Ubatuba-Caraguatatuba (SP-55) intensificou ainda mais a atividade turística e imobiliária. No ano de 1967, Ubatuba foi elevada a categoria de Estância Balneária de Ubatuba e, em 1975, passou a considerar o turismo como principal fonte de renda municipal.

2.4 O desenvolvimento e sua multidimensionalidade

No processo de desenvolvimento e crescimento econômico constata-se divergências sobre o assunto, pois alguns autores entendem que desenvolvimento está ligado crescimento econômico através da riqueza e acumulação de capital. Por outro lado existem opiniões que não fazem ligação entre os temas, pois são tratados individualmente de forma que desenvolvimento não significa crescimento econômico.

Para Santos et al. (2012), geralmente, a preocupação com o desenvolvimento está enraizada nas ciências econômicas, cujos trabalhos de Smith (1776), Malthus (1798), Ricardo (1817) e Marx (1867) expõe o desenvolvimento como episódio marcante para a consolidação do capitalismo. A partir da década de 40, com o surgimento da Economia do Desenvolvimento, o mesmo é descrito e promovido como algo a cerca de uma sociedade industrial, urbana e possuidora de riqueza, através de acúmulo de renda monetária.

Furtado (1988) relata o conceito de desenvolvimento como advindo do campo da economia está baseado na ideia da acumulação de riqueza e na expectativa que o futuro guarda a promessa da melhoria do bem estar. Neste sentido, Santos et. al (2012, p. 48) aponta que

O desenvolvimento é visto como a força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada a uma sociedade avançada. Desenvolver é sinônimo de acumular para depois distribuir. Essa visão de desenvolvimento torna-se mais ainda propagada com o surgimento da abordagem neoclássica da economia. Para os teóricos dessa corrente, o desenvolvimento se irradia concentricamente ao longo do tempo pelo espaço, trazendo a todos em algum momento o mesmo

nível de progresso material, social e cultural dos países pioneiros capitalistas.

Entretanto, ao longo do tempo foi se notando a existência da necessidade de elaboração de um paradigma de desenvolvimento que compreenda variáveis não somente econômicas, mas também sociais. Visto que, sob a ótica econômica, o desenvolvimento é, sobretudo, aumento do fluxo de renda, ou seja, ampliação na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo, o alcance de determinada coletividade (FURTADO, 1961).

No âmbito da política, o desenvolvimento aparece no final da década de 1940 quando Truman, então presidente dos Estados Unidos, aplicou este termo para se referir a uma nova era que se iniciava no mundo – a era do desenvolvimento. Pensava-se em um programa de desenvolvimento embasado em dois pilares – distribuição justa e democracia. Para tanto, países ricos deveriam auxiliar nações menos desenvolvidas ou subdesenvolvidas. A proposta era que o mundo passasse a não mais pensar em países colonizadores e países colonizados, mas sim em nações individuais, que se distinguiriam entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (SANTOS ET. AL, 2012).

Para Vasconcellos e Garcia (1998), em qualquer concepção, o desenvolvimento deve derivar do crescimento econômico conduzido de melhoria na qualidade de vida, isto é, deve compreender as transformações da composição do produto e a alocação de recursos pelos distintos setores econômicos, de modo a incrementar indicadores de bem estar econômico e social como, por exemplo, a pobreza, a educação, a desigualdade, as condições de saúde, alimentação, moradia e desemprego.

De acordo com Santos et. al (2012), as diversas crises advindas da economia capitalista abriram espaço para críticas ao desenvolvimento baseado no crescimento econômico. Era necessário pensar em um modelo econômico associado à natureza, visto que as atividades produtivas estão diretamente ligadas aos recursos naturais. A partir daí, surgem propostas sobre ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. A economia passaria a associar-se ao mundo da natureza para que houvesse a possibilidade de um crescimento econômico acompanhado da preservação do meio ambiente.

Nesta perspectiva, o final do século XX esteve atrelado ao crescimento da consciência da sociedade em relação à degradação do meio ambiente advinda do processo de desenvolvimento. As crises ambientais somadas a reflexão sistemática sobre a influência da sociedade neste processo conduziu ao pensamento de um conceito, o de desenvolvimento sustentável, que alcançou destaque a partir da década de 1990 e tornou-se um dos mais utilizados para se definir uma nova dimensão do desenvolvimento (VAN BELLEN, 2004).

No cenário atual, a definição mais aceita sobre desenvolvimento sustentável é aquela que se consagrou no Relatório de Brundtland, em 1987, difundida durante a realização da Conferência Rio-92, organizada pela Organização das Nações Unidas - ONU. De acordo com tal relatório, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades (WCDE, 1987).

Na década de 1990, criou-se a necessidade de trazer mais uma perspectiva para o desenvolvimento – o desenvolvimento humano. Segundo o UNDP (1990), o conceito de desenvolvimento humano no âmbito da ONU define-se como o processo de aumentar as escolhas possíveis das pessoas, na qual as três escolhas fundamentais são: viver uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso a recursos necessários para conquistar um padrão de vida decente. Caso estas escolhas não estejam disponíveis, muitas outras oportunidades permanecem inacessíveis.

Além disso, a ONU também apresenta um ideal de desenvolvimento humano sustentável, que de acordo com a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988), é definido como aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras em atenderem suas próprias necessidades.

Quando se discute a questão do desenvolvimento no âmbito da ONU, é necessário considerar o papel do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que é o principal órgão da ONU para o desenvolvimento e tem a responsabilidade de trabalhar junto aos países na busca por soluções aos desafios do desenvolvimento em suas diferentes escalas (PNUD, 2015).

De acordo com o UNDP (2005), os programas do PNUD estão presentes em 166 países e concentram focos em cinco áreas temáticas: governança democrática, redução da pobreza, prevenção e recuperação de crises, energia e meio-ambiente e HIV/AIDS. O PNUD publica os Relatórios de Desenvolvimento Humano desde o início da década de 90, quando foram lançados o conceito de Desenvolvimento Humano e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2014), o PNUD propôs Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, que devem ser alcançados pelos países através de ações específicas de combate à fome e à pobreza, associadas à implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente. Ao se estabelecer uma agenda global de compromissos mínimos pela promoção da dignidade humana, o PNUD considera que o mundo começou a trabalhar em conjunto para combater inimigos históricos da humanidade, como pobreza e fome, desigualdade de gênero, doenças transmissíveis e evitáveis, destruição do meio ambiente e condições precárias de vida. Os oito ODM surgiram como um guia para esta estratégia conjunta.

Ainda segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2014), os ODM passaram a ser incorporados por muitos países como elemento central de suas agendas de desenvolvimento. O Brasil firmou o compromisso da nação com a construção de uma sociedade menos desigual e mais justa. Além disso, abriu portas para que o país encarasse seus desafios sociais e desse início ao processo de extermínio de passivos históricos no campo do desenvolvimento humano. A Figura 6 apresenta os oito Objetivos do Milênio adotados pelo Brasil.



Figura 6 - Os Objetivos do Milênio no Brasil

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2014)

De acordo com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2014), o Brasil passa pela implantação de um modelo de desenvolvimento de caráter inclusivo e sustentável, que garante avanços sociais expressivos para o alcance e superação dos Objetivos do Milênio. Tal modelo, caracterizado pelo crescimento econômico, redução da pobreza, desigualdade social e ampliação do mercado interno e do investimento, contribui para a manutenção de fundamentos macroeconômicos e para a preservação dos recursos naturais brasileiros.

2.4.1 Desenvolvimento Regional

De acordo com Silva, Oliveira e Araújo (2012), conceituar região é uma tarefa complexa, pois, além dos espaços físicos, econômicos, políticos, culturais e ambientais, para que se identifique uma região é necessário conhecer sua história. Assim, o estudo espacial constitui diversos ramos científicos e está imbuído de características próprias de cada um deles. Para Vieira e Santos (2012), existem dois extremos do estudo de espaço – os estudos matemáticos, que integralizam relações marcadas por coordenadas abstratas; e os estudos geográficos, que conceituam o espaço de forma concreta, definido a partir do clima e do desenho do relevo.

Segundo Diniz (2009, p. 228), “A primeira experiência mundial de planejamento regional pode ser considerada como tendo origem na União Soviética, através do seu Plano de Eletrificação Nacional, estabelecido em 1925”.

Trazer a perspectiva histórica para o estudo do espaço regionalizado significa discutir contribuições que englobam as áreas de História e de outras ciências sociais, como, por exemplo, a Economia e a Geografia.

As condições sob as quais os homens produzem e trocam o que foi produzido variam muito para cada país e, dentro de cada país, de geração para geração. Por isso, a Economia Política não pode ser a mesma para todos os países nem para todas as épocas históricas. Desde o arco e a flecha, passando pelo machado de pedra do selvagem, com os seus atos de troca, raríssima e excepcional, até a máquina a vapor de mil cavalos de força, os teares mecânicos, as estradas de ferro e o Banco de Inglaterra, existe um verdadeiro abismo (ENGELS, 1979, p. 127).

Fochezatto (2010) coloca que as transformações advindas da economia alteraram a dinâmica do desenvolvimento regional ao longo do tempo. O autor divide estas evoluções em três períodos e em três grupos de teorias distintas:

- Primeiro grupo: segue até meados do século XX e é composto por teorias tradicionais de localização industrial, onde autores como Von Thunen, Weber, Christaller, Losch e Isard centram suas atenções em aspectos característicos da economia: distância e área. Em geral, estas teorias preocupavam-se em definir modelos de localização da produção para minimização dos custos de transporte. Estas teorias limitam-se a quantificar custos e lucros na determinação da localização ótima da firma em determinada região;
- Segundo grupo: perdura até a década de 1980 e está composto por três teorias principais – Polos de Crescimento (Perroux), Causação Circular Cumulativa (Myrdal) e Efeitos de Encadeamento para Trás e para Frente (Hirschmann). As teorias enfatizam interdependências setoriais como fator de localização das firmas e de desenvolvimento regional. Esse grupo incorpora o ideal de economias externas, mecanismos dinâmicos de autorreforço endógeno, observação da região em sua totalidade, estruturas produtivas e interligações comerciais e tecnológicas; e
- Terceiro grupo: a partir da década de 1980, as teorias apresentam como principal traço a incorporação de externalidades dinâmicas do tipo marshalliana. Autores como Krugman e Arthur passaram a incorporar ideais de economia externa não apenas no sentido tecnológico, mas também pecuniários

e rendimentos crescentes de escala. O fenômeno da localização industrial foi explicado por concentração do mercado de trabalho, oferta de insumos, especializados e intercâmbios tecnológicos. Em contrapartida, autores como Becattini e Storper agregaram os ideais de retornos crescentes e atribuíram papel importante aos agentes locais na organização de fatores e coordenação de processo cumulativo.

O Quadro 1 sintetiza e retrata esta divisão a partir de características, autores e principais referências.

Quadro 1: Evolução das teorias de desenvolvimento regional: temas característicos, autores, períodos e referências teóricas

Primeiro grupo	Segundo grupo	Terceiro grupo
Temas característicos		
Distância e área Custos de transporte	Interligações setoriais Economias de aglomeração	Externalidades dinâmicas Tecnologia e inovação Competitividade
Autores, períodos e contribuições		
Von Thunen, 1826: O Estado Isolado	Perroux, 1955: Polos de Crescimento	Piore e Sabel, 1984: Distritos Industriais
Weber, 1909: Teoria da Localização de Indústrias	Myrdal, 1956: Causação Circular Cumulativa	Storper e Scott, 1988: Organização Industrial
Christaller, 1933: Os Lugares Centrais	Hirschmann, 1958: Efeitos para Frente e para Trás	Krugman, 1991: Retornos Crescentes
Losch, 1940: A Ordem Espacial da Economia	-	Porter, 1993: Diamante de Porter
Isard, 1956: Localização e Economia Espacial	-	<i>Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs: Ambientes Inovadores</i>
Referências teóricas		
Escritores do século XVII: Cantillon, Stuart, Smith,	Marshall, CEPAL, Schumpeter, Keynes, Leontief	Marshall Schumpeter

Fonte: Adaptado de Fochezatto (2010)

Para Cunha, Simões e Paula (2005), uma região é criada a partir de sua história e de sua produção cultural e, portanto, é um espaço constituído por liberdade e criatividade baseadas no estoque de recursos naturais – pedra, montanha, mar, floresta, deserto ou imensidões. Dessa forma, a região é uma construção territorial que engloba relações sociais em um determinado espaço. Para Carleial (2011), no Brasil, o arcabouço regional está composto por cinco macrorregiões fisiográficas, 27 estados e 5.565 municípios que podem ser reorganizados em microrregiões e em mesorregiões.

Diniz e Crocco (2006) expõem que cada região, setor ou localidade segue padrões de desenvolvimento diferentes. Cada região possui sua própria história e a importância da temática regional se resume em quatro fatores:

1. A presença do capital humano, interações entre empresas, universidades, escolas e centros de treinamento;
2. Redes formais e informais de vendedores e compradores que realizam negócios e trocam informações a partir de encontros casuais ou planejados;
3. Sinergias inovativas de cultura compartilhada; e
4. Ocorrência de poderes estratégicos legítimos na gestão da educação, da inovação e do suporte empresarial.

De acordo com Ferreira (2012), estes conceitos apontados se relacionam estritamente ao conceito de desenvolvimento local endógeno que, para Boisier (2005) se apresenta como o efeito e a capacidade de transformar o sistema socioeconômico, a habilidade para lidar com desafios externos, a promoção de aprendizagem social e a habilidade para introduzir formas específicas de regulação social a nível local que favorece o desenvolvimento de características anteriores. O desenvolvimento endógeno é, em outras palavras, a habilidade para inovar a nível local.

Scott e Storper (2003) afirmam que a década de 1990 constituiu uma “etapa de ouro” não só para teorias e políticas do desenvolvimento regional, mas também para as próprias regiões no que tange a estratégias de processos de reestruturação do capitalismo. Para Silva, Oliveira e Araújo (2012), atualmente, a teoria econômica que ampara políticas públicas para desenvolvimento econômico baseia-se no utilitarismo, que incumbe indivíduos a buscar maximização de suas necessidades com esforço mínimo. Tal modelo promove crescimento econômico, porém dificulta ações de desenvolvimento, visto que o bem estar da sociedade não depende somente da posse de bens materiais, mas também do acesso aos meios que possibilitam o desenvolvimento de potencialidade pessoais e coletivas.

Na esfera regional as teorias de desenvolvimento econômico enfocavam os investimentos e a tecnologia como fatores de crescimento e o desenvolvimento. As políticas de desenvolvimento objetivavam promover a atração de investimentos acompanhados de inserção tecnológica, para aumentar a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, a competitividade regional, negligenciando

fatores internos, culturais e sociais que contribuem para a riqueza empresarial, mas, sobretudo, para a riqueza humana em um determinado território (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 364).

Analisando as passagens, percebe-se que sob a ótica da economia clássica, os diversos agentes econômicos baseiam suas decisões econômicas exclusivamente em benefícios materiais. Entretanto, quando se pensa no conceito de desenvolvimento regional, constata-se a necessidade de políticas de desenvolvimento que englobam as dimensões sociais e políticas de atores locais.

Numa observação sob a ótica econômica, Brandão (2011) afirma que a economia regional investiga razões das disparidades espaciais advindas da falta de eficiência alocativa. À medida que ocorre melhoria do mercado e da qualidade de suas instituições, também acarretaria na melhor disposição e mobilidade no espaço dos recursos escassos. Ainda assim, para Fujita, Krugman e Venables (1999), até poucos anos Economia Regional era uma temática negligenciada pelo *mainstream* econômico. Atualmente, manuais econômicos ainda descrevem a economia de maneira atópica, desenraizada, sem limitações de cidades ou regiões.

Ainda há quem argumente que o desenvolvimento e desenvolvimento regional não se separam, mas sim, se complementam:

Não há decisão – seja ela do tipo global ou setorial – cuja implementação não imponha a sua tradução no espaço, (...) o desenvolvimento passa pelo desenvolvimento regional ou, como na realidade tem de ser visto, desenvolvimento e desenvolvimento regional são apenas uma ou a mesma coisa: todo desenvolvimento tem de ser desenvolvimento regional (COSTA, 2005, p. 477).

Em contexto histórico, Diniz e Lemos (1986) colocam que desde meados do século XIX até a década de 1970, o Brasil enfrentou uma época de concentração econômica na região do Estado de São Paulo. Esse fato propiciou um formato econômico de interação nacional com especialização regional. A partir de 1970, iniciou-se um processo de desconcentração espacial em favor de políticas públicas de incentivos fiscais, de infraestrutura e de investimentos produtivos. Assim, a concentração da economia passou a ser dispersa e a se diversificar setorialmente.

De acordo com Pérez (1996), a partir da década de 1980 a economia brasileira passou por um período de reestruturação produtiva advinda da difusão de tecnologias

baseadas em microeletrônica. Nesse momento, se caracteriza pela flexibilidade de tecnologias que apontam para diversidade e descentralização. Este novo padrão é guiado por padrões tecnológicos que substituem o modelo vigorado até então e impõe uma nova lógica em níveis privados e públicos.

Carleial (2011) argumenta que o interesse acerca da questão regional no Brasil passa por uma longa história. Entretanto, ainda é possível visualizar dificuldade em se convergir direções a um projeto próprio de desenvolvimento regional. Em suma, este questionamento se encontra fora das pautas políticas, econômicas, empresariais e recebe pouca atenção da área acadêmica.

Carleial (2011) ainda comenta sobre projetos nacionais de desenvolvimento no Brasil. Sobre isso, afirma que ainda não há uma estratégia nacional de desenvolvimento clara e precisa, isto é, não se sabe onde o país deseja chegar daqui a 30 ou 40 anos. Os que se sabe é que a previsão aponta para investimentos nos setores de petróleo e gás, extração mineral e setor automotivo. Ademais, no que diz respeito a infraestrutura, os investimentos ocorrem nas áreas de logística, energia, saneamento básico, telecomunicações e programas de concessões.

Brandão (2011) relata que a realidade brasileira está marcada por forças que se reiteram e se reposicionam. Os caudilhismos, regionalismos e localismos oligárquicos e conservadores se mostram a cada ciclo conjuntural. Apesar de a democracia formal apresentar avanços, não se vê a consolidação e legitimação de forças políticas que programem políticas nacionais e regionais de desenvolvimento que respeitem e aflorem a diversidade e que, ao mesmo tempo, promovem o enriquecimento cultural ao mesmo tempo em que enfrentem a desigualdade de desenvolvimento nas regiões menos desenvolvidas pela má distribuição de enriquecimento material.

Neste ponto considera-se que em Ubatuba se estabeleceu uma dependência no setor de serviço da do município de Caraguatatuba. Ainda assim, isso ajudou a fomentar o turismo, visto que o município permaneceu atraente pela preservação de praias e belezas naturais. Neste sentido não se observam políticas públicas que favorecessem essa vantagem. As atitudes isoladas de comerciantes ou agentes privados nortearam a questão do turismo. Também não se observam políticas

regionais voltadas ao turismo que ligassem o município com o restante de sua Região Metropolitana.

3 MÉTODO

A pesquisa tem caráter de levantamento e diagnóstico qualitativo, pois descreve a complexidade de determinado problema a partir da compreensão e classificação dos processos dinâmicos vividos nos grupos e o entendimento das mais variadas particularidades de indivíduos. Seu método é descritivo, de forma que investiga eventos, atitudes ou situações manifestas em determinada população (DIEHL, 2004). Neste sentido, a pesquisa será realizada dentro do espaço geográfico de Ubatuba - município inserido na região do Litoral Norte no Estado de São Paulo.

O levantamento bibliográfico constitui a técnica de coleta de dados, que reúne todas as bibliografias tornadas públicas em relação ao tema em estudo (LAKATOS; MARCONI, 2003). Por isso, em um primeiro momento, foi feito levantamento bibliográfico dos temas como: espaço e território, urbanização, teorias sobre o lugar central, conceitos sobre desenvolvimento e características do município de Ubatuba.

Todo o material bibliográfico foi reunido mediante a investigação pautada em artigos, fontes eletrônicas, levantamento documental junto aos órgãos competentes para que se caracterizassem os fenômenos territoriais, econômicos e sociais do município de Ubatuba.

A elaboração da revisão de literatura baseou-se nos seguintes temas:

- Espaço e Território;
- Urbanização;
- Os riscos da urbanização do Litoral Norte de São Paulo;
- O desenvolvimento e sua multidimensionalidade;

Dessa forma pesquisa levantou informações sobre o crescimento urbano, sobre o crescimento econômico e sobre as transformações sociais do município de Ubatuba. Essas informações foram coletadas para a realização de uma análise que permitiria responder à questão problema da pesquisa: de que maneira a expansão urbana do

município de Ubatuba se relacionou com seu desenvolvimento entre os anos de 2000 e 2010?

Os dados e indicadores urbanos e econômicos do município foram coletados nos sítios eletrônicos do Instituto Pólis, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fundação Sistemas de Estatísticas do Estado de São Paulo – SEADE e da Prefeitura Municipal de Ubatuba. São eles:

- População total;
- Grau de urbanização;
- Mapas da expansão da mancha urbana de Ubatuba;
- Relação de loteamentos clandestinos de Ubatuba;
- PIB;
- Participação dos setores econômicos na composição do PIB; e
- Empregos formais.

Os dados e indicadores sociais do município foram coletados no sítio eletrônico da Fundação SEADE e nos Relatórios Dinâmicos disponibilizados pelo PNUD através do Portal dos Objetivos do Milênio.

- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal; e
- Objetivos do Milênio.

A pesquisa tomou como base o Resumo Executivo de Ubatuba para avaliar a urbanização; o PIB e o PIB per capita para discorrer sobre a economia; e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e os Objetivos do Milênio para discorrer sobre o desenvolvimento social local. Essas fontes de informação permitiram realizar a comparação entre os indicadores econômicos e sociais e processo de expansão urbana e sua dinâmica territorial. A escolha das fontes de informação bem como sua interpretação ancora-se em Brandão (2011). O autor examina o território sob a

perspectiva da sua integração a dinâmica social e econômica, o que o situa como construto pertinente ao desenvolvimento da sociedade local. Brandão indica a necessidade de se considerar às peculiaridades do território sem elevá-lo a uma condição autônoma relativa à sua separação da dinâmica social e econômica, o que inviabiliza a realização de uma análise consistente.

Marandola Jr. et al. (2013) apontam as peculiaridades geomorfológicas do território como condicionantes da ocupação do território do município, especialmente quanto aos fatores de risco presentes em uma expansão urbana impulsionada sob a carência de uma política pública para a conciliar as necessidades de habitação e a preservação da segurança da população. Observa-se, deste modo, que o crescimento econômico condiciona o aumento da área urbana, especialmente quanto às conexões territoriais derivadas da interação econômica entre Ubatuba e Caraguatatuba. Buscou-se, sob essa perspectiva avaliar como a ocupação do território realizou a partir do crescimento econômico sem a necessária consideração das características físicas e climáticas presentes no município de Ubatuba, daí a conexão entre áreas de risco e expansão urbana presentes no território. Após a análise dos indicadores sobre urbanização, economia e sociedade foi possível estabelecer a discussão entre crescimento econômico e desenvolvimento social para que se concluísse a pesquisa.

O principal critério para a análise dos dados foi a comparação entre os indicadores econômicos e demográficos relativos ao crescimento urbano e populacional e os indicadores de desenvolvimento humano. Entende-se a conveniência de entender a complexa associação entre políticas públicas e a trajetória do município quanto às atividades econômicas concentradas no setor de serviços, notadamente o turismo, e suas consequências sobre uma população em constante crescimento nas últimas décadas. Sob esse prisma escolheu-se realizar a comparação entre os indicadores econômicos e demográficos com os Objetivos do Milênio, o que permitiu realizar a análise proposta para a pesquisa necessária aos subsídios utilizados para a redação desta dissertação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Crescimento econômico de Ubatuba na década de 2000

De modo a caracterizar o cenário econômico do município de Ubatuba entre os anos de 2000 e 2010, é analisada a variação do Produto Interno Bruto através da Tabela 2. Para fins de comparação, também são apresentados os PIB do Litoral Norte e do Estado de São Paulo.

Tabela 2 – Análise do PIB de Ubatuba na década de 2000 a preços constantes

Local	2000	2010	Variação
Ubatuba	362.979,30	410.742,83	13,15%
Litoral Norte	2.808.731,37	2.561.661,82	-8,79%
São Paulo	886.359.585	1.247.595.927	40,75%

Fonte: IPEA (2015)

Ubatuba variou seu PIB em 13,15% entre os anos de 2000 e 2010. No mesmo período, diferente de Ubatuba, a região do Litoral Norte sofreu uma redução de 8,79% em seu produto. Quanto ao Estado de São Paulo, este variou seu PIB em 40,75%, superando os percentuais de Ubatuba e Litoral Norte na década de 2000.

Do ponto de vista da participação dos setores da atividade econômica no PIB de Ubatuba, a Tabela 3 expõe os valores, em porcentagem, da participação dos serviços, da indústria e da agropecuária entre 2000 e 2010.

Tabela 3 – Participação dos setores econômicos no total do valor adicionado do PIB de Ubatuba.

Setor econômico	2000	2010	Variação
Serviços	83,20%	82,73%	-0,47%
Indústria	15,90%	15,47%	-0,43%
Agropecuário	0,90%	1,80%	0,90%

Fonte: SEADE (2015)

A partir da observação das tabelas, destaca-se o setor econômico de serviços frente aos demais, por este apresentar percentuais superiores a 80% em 2010. Ressalta-se que a alta representatividade deste setor refere-se às intensas atividades de turismo e comércio, que são economicamente importantes neste município. Neste quadro a participação da indústria pode ser considerada de baixa expressividade, uma vez que apresenta percentuais inferiores a 20% em 2010.

Haja vista que em um comparativo feito pela EMPLASA sobre a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, apesar de ter 15,47% do seu PIB relacionado à indústria, Ubatuba não aparece neste comparativo feito com a região, pois não agrega valor no PIB no setor industrial. Essa afirmativa pode ser observada na Tabela 4.

Tabela 4 – Principais complexos industriais da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Município	Setor de atividades	Empresa	Faturamento em 2010	Receita líquida	Plano de investimento
São José dos Campos	Aeronáutica	Embraer	R\$ 600 milhões	R\$ 9,4 bilhões	US\$ 500 milhões em 2011
	Veículos e peças	General Motors do Brasil	R\$ 7,8 bilhões	R\$ 225,3 bilhões	US\$ 1,4 bilhão até 2015
	Petróleo e gás	Petrobrás/ Refinaria Henrique Laje	R\$ 35,9 bilhões	R\$ 231,2 bilhões	US\$ 225 bilhões até 2015
	Farmacêutica	Johnson & Johnson	R\$ 3,4 bilhões	R\$ 15,5 bilhões	Melhorar as parcerias público-privadas
	Tecnologia e inovação	Parque Tecnológico	Não informado	Não informado	Não informado
	Tecnologia e inovação	Instituto Tecnológico de Aeronáutica/ ITA	Não informado	R\$ 2,8 bilhões	Não informado
Taubaté	Eletrônicos	LG	R\$ 208,1 milhões	R\$ 5,3 bilhões	US\$ 200 milhões em 2011
	Metalúrgica	Usiminas	R\$ 1,6 bilhões	R\$ 13,0 milhões	Não informado
	Veículos e peças	Volkswagen	Não informado	R\$ 7,5 bilhões	R\$ 1 bilhão até 2012
	Veículos e peças	Ford	R\$ 6,6 bilhões	R\$ 120 bilhões	R\$ 4 bilhões até 2015
	Bebidas e fumos	Ambev	R\$ 7,5 bilhões	R\$ 25,2 bilhões	R\$ 2,5 bilhões em 2011
Jacareí	Papel e celulose	Votorantim	R\$ 389 milhões	R\$ 1,5 bilhões	US\$ 1,5 bilhão até 2015
Caçapava	Alimentos	Nestlé	Não informado	R\$ 15,9 bilhões	R\$ 520 milhões até 2015
Pindamonhangaba	Metalúrgica	Gerdau	R\$ 2,5 bilhões	R\$ 31,4 bilhões	R\$ 10,8 bilhões até 2015
São Sebastião	Petróleo, gás e etanol	Petrobrás	R\$ 35,9 bilhões	R\$ 231,2 bilhões	R\$ 1 bilhão até 2013
Ilhabela	Hotelaria	Hotel Porto Pacuíba	Não informado	Não informado	R\$ 10 milhões em reformas
Caraguatatuba	Petróleo e gás	Petrobrás	R\$ 35,9 bilhões	R\$ 231,2 bilhões	US\$ 157,3 bilhões até 2014
	Empreendimento imobiliário	Serveng/ Civilsan	R\$ 226,6 milhões	RS 586,6 milhões	R\$ 70 milhões na construção do Shopping Serra Mar

Fonte: EMPLASA (2011)

Quanto à agropecuária, este é o setor econômico menos expressivo na composição do produto geral, visto que por este agregam-se menos de 2% aos valores adicionados ao produto em ambos os municípios comparados.

De modo a analisar como está disposto o número de empregos formais no município de Ubatuba, a Tabela 5 apresenta a divisão dos empregos formais nos setores de serviços, indústria e agropecuária no ano de 2010².

Tabela 5 – Empregos formais no município de Ubatuba no ano de 2010

Total de empregos formais	1.314
Percentual de empregos no setor de serviços	61,50%
Percentual de empregos no setor industrial	3,7%
Percentual de empregos no setor agropecuário	0,3%
Percentual de empregos em outras atividades	34,50%

Fonte: SEADE (2016)

Pela disposição de empregos formais no município, percebe-se que essa segue o resultado de participação do valor agregado ao PIB. Em 2010, 61,50% dos empregos concentravam-se no setor de serviços.

4.2 Expansão urbana de Ubatuba

O município de Ubatuba está inserido na microrregião de Caraguatatuba, que é formada pelos quatro municípios do Litoral Norte Paulista: Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba. A principal atividade econômica desta região é o turismo litorâneo.

Para analisar a evolução do espaço urbano e populacional do município, as Tabelas 6 e 7 mostram a evolução destes dois aspectos entre os anos de 1980 à 2000.

² Os dados do ano de 2000 não foram disponibilizados pela Fundação SEAD

Tabela 6 – População total de Ubatuba na década de 2000

	1980	1990	2000	2010	Variação
Ubatuba	26.927	44.683	66.644	78.693	192,24%
Litoral Norte	87.072	139.819	223.769	281.245	223,00%
Estado de São Paulo	24.953.238	30.783.108	36.974.378	41.223.683	65,20%

Fonte: SEADE (2015)

Tabela 7 – Grau de urbanização de Ubatuba entre 1980 a 2000

	1980	1990	2000	2010	Variação
Ubatuba	90,90%	97,10%	97,51%	97,60%	6,70%
Litoral Norte	96,03%	98,52%	97,66%	97,91%	1,88%
Estado de São Paulo	88,64%	92,43%	93,41%	95,94%	7,30%

Fonte: SEADE (2015)

A partir das tabelas verifica-se significativo crescimento populacional entre 1980 e 2000 no município em questão. Entre os anos de 1980 e 2010 a população de Ubatuba variou em 192,24%. Essa porcentagem é superior ao crescimento geral dos municípios do Estado de São Paulo.

Em relação ao grau de urbanização, Ubatuba apresentou em 2010 um percentual de 97,60% de população residindo na área urbana do município. Ao longo do período mostrado na Tabela 6, a variação do grau de urbanização foi de 6,7%.

Para detalhar o histórico do crescimento urbano do município de Ubatuba utilizaremos os dados dos Resumos Executivos de Ubatuba de 2013 elaborado pelo Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, que atua como uma entidade de utilidade pública nos âmbitos municipal, estadual e federal.

De acordo com o Resumo Executivo (2013), o desenvolvimento das estradas Rodovia Rio Santos e Rodovia Oswaldo Cruz, que fazem os eixos de circulação, conectaram as cidades litorâneas com as cidades do Planalto. A partir de 1960, com

o primeiro asfaltamento da rodovia estadual SP-55 e completadas as ligações entre São Sebastião e Ubatuba, iniciou-se a fase de maior crescimento da região.

Ainda segundo o Resumo Executivo (2013), a partir de fins dos anos 1960 e início da década de 1970, os municípios alcançaram um crescimento urbano significativo. As paisagens naturais, o grande número e o atrativo das praias, o clima quente, a existência de matas em toda a extensão do município e a facilidade de acesso a partir dos centros urbanos nas imediações com a abertura das estradas, tornaram-se atrativos para os turistas que passaram a visitar o município com regularidade, sazonalidade observada principalmente nos meses da temporada de verão, entre dezembro e fevereiro.

Em função disto, no ano de 1973, Ubatuba foi designada pelo Conselho Nacional do Turismo, por Decreto Federal como Zona Prioritária de Interesse Turístico. Segundo estimativa do Departamento de Estradas e Rodagem – DEER, neste mesmo ano, Ubatuba apresentou frequência de 25.000 turistas na alta temporada, fato este que causou uma série de transformações sócio-espaciais, principalmente decorrentes do aumento da população residente e da procura por residências secundárias pela população flutuante.

A partir do início da década de 1970, o Resumo Executivo (2013) aponta que foi verificado um intenso processo de especulação imobiliária, determinando a expansão da parte rica da cidade em direção à orla marítima. A parte sul do município, desde a divisa com Caraguatatuba até a área central, foi ocupada quase que totalmente por loteamentos de segundas residências, entremeados por pequenos núcleos de população fixa, comércio e serviços.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na década de 1980 se observou uma expansão significativa do processo de urbanização. Este fato se deu na ocupação de áreas da orla que ainda não estavam urbanizadas, como por exemplo, a Praia de Fortaleza e Enseada e, intensificou a ocupação do Perequê-Açu e Praia Grande. Além disso, também se ramificou com mais intensidade em direção às regiões denominadas de o sertão, na ascendência das fraldas da Serra do Mar, tanto na região central como nas regiões sul e norte do município.

Observa-se que a expansão da urbanização nas décadas de 1970 e 1980 em Ubatuba é marcado por urbanização ao longo de quase toda costa, sendo esta urbanização desconcentrada, fragmentada e concentrada na porção do território junto à orla, com concentrações ocupação em direção ao interior, apenas na área central do município.

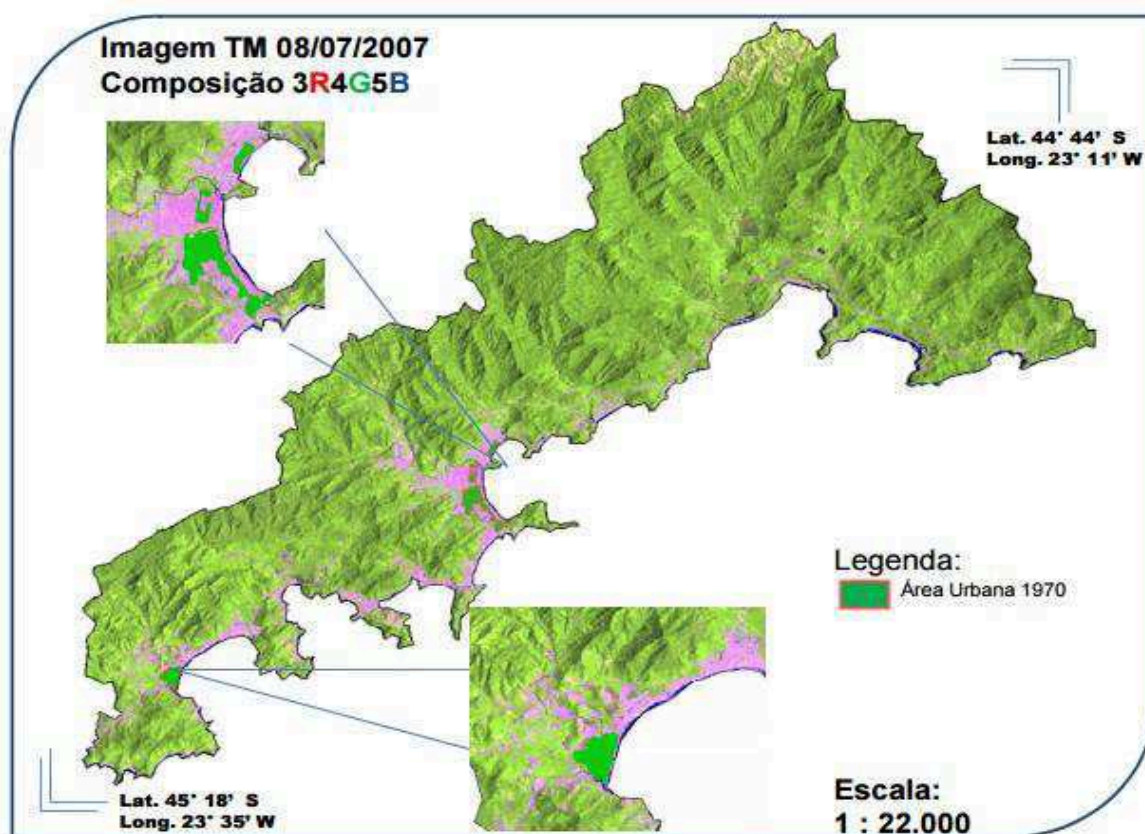


Figura 7 – Área urbana de Ubatuba no início da década de 1970
Fonte: Resumo Executivo (2013)

O Resumo Executivo (2013) registra que, na década de 1980, Ubatuba era responsável pela maior oferta de empregos no setor de serviços ligados a construção civil no Litoral Norte, e apresentava um grande índice de crescimento percentual da população migratória. Essa população, sem condições de adquirir moradias nas áreas centrais e próximas à orla, também foi levada a ocupar o interior da planície litorânea da parte central do município.

A densidade demográfica aumentou significativamente de 1980 para 1990. Sendo a década de 1980, como se pode observar na Figura 8, o período de maior expansão urbana do município, fato que ocorre em todo litoral norte do Estado de São

Paulo. A exploração imobiliária em Ubatuba, cada vez mais em expansão, se estendeu ao longo do litoral com a construção de condomínios de segunda residência.

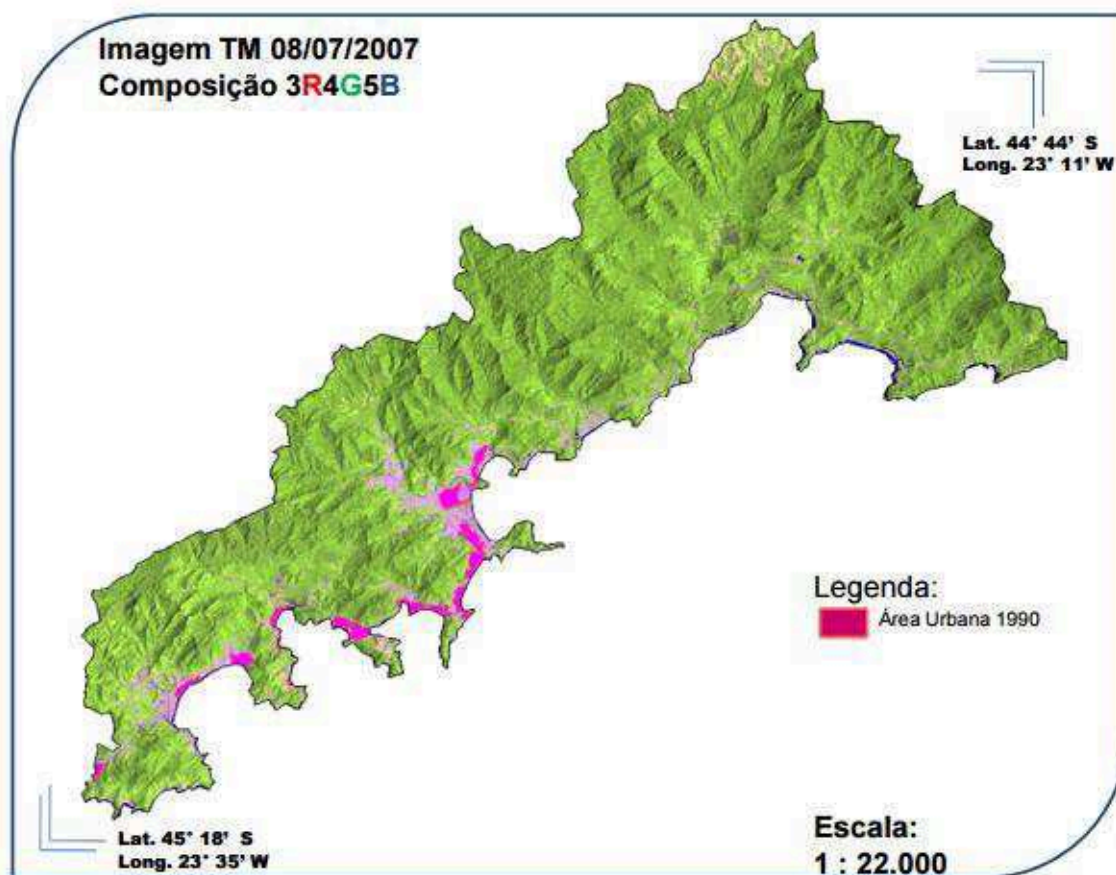


Figura 8 – Área urbana de Ubatuba no início da década de 90
Fonte: Resumo Executivo (2013)

De acordo com Marandola Jr. et al. (2013), o modelo de urbanização do litoral norte de São Paulo, na década de 2000, está agregado às crises dos anos 1980 e 1990, em função da cessação entre planejamento territorial e políticas urbanas nestes municípios.

Na década de 2000, o levantamento do IBGE analisou a expansão urbana do município de Ubatuba e concluiu que esta perdeu a intensidade com que vinha se desenvolvendo nas décadas anteriores. A pequena expansão constatada estava localizada, em geral, no sertão, em direção às encostas em virtude da demarcação de áreas para construção civil e também por uma política de fiscalização da Secretaria do Meio Ambiente. Este fato pode ser observado a partir da Figura 9.

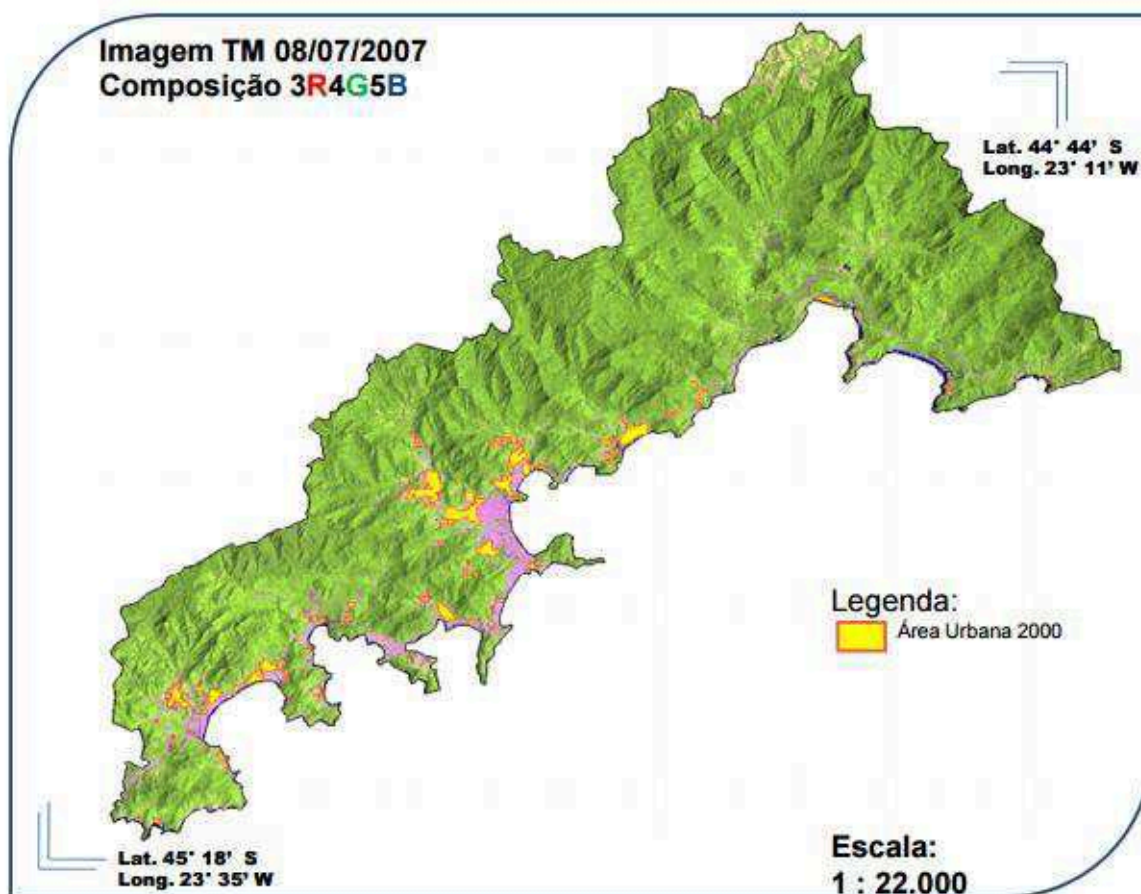


Figura 9 – Área urbana em Ubatuba no ano de 2000

Fonte: Resumo Executivo (2013)

A região das praias da área central do município e das com ocupações mais antigas, como Toninhas, Enseada e Lázaro, atualmente apresentam ocupação já consolidada, visto que estão totalmente ocupadas por loteamentos direcionados à moradores de classes econômicas mais favorecidas, portanto pelo diferencial imobiliário de alto padrão, sobretudo junto à orla marítima, apresentando grandes lotes com residências entremeadas por vegetação.

A ocupação dessa região está se expandindo para os sertões, os quais apresentam hoje ocupação rarefeita, e os terrenos às margens da rodovia estão sendo ocupados em sua maioria por estabelecimentos comerciais e de serviços, com nucleação na Praia do Lázaro.

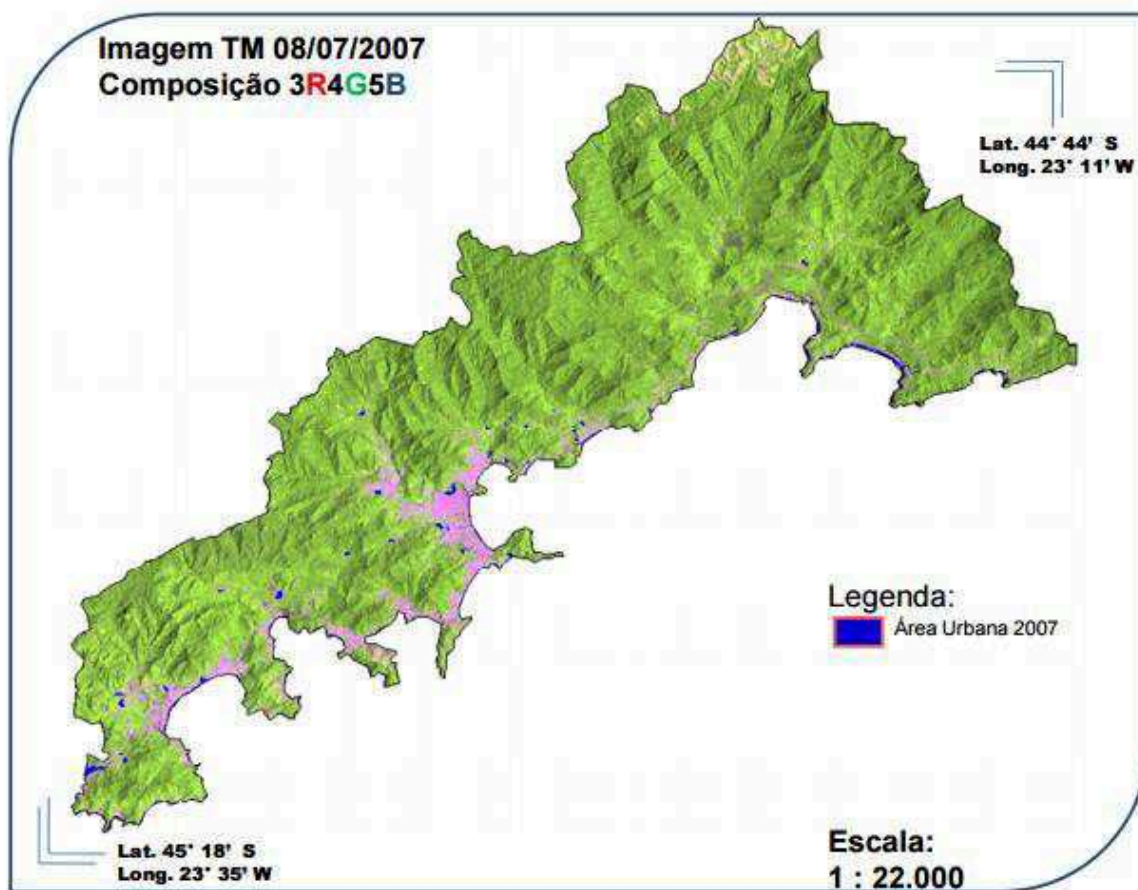


Figura 10 – Área urbana de Ubatuba no ano de 2007

Fonte: Resumo Executivo (2013)

A expansão urbana teve sua maior performance na década de 1980 e 1990 com o crescimento do setor econômico da construção civil e, sintomaticamente, da especulação imobiliária. Fator estes que fizeram que a zona de ocupação com moradias se expandisse em direção ao planalto, como se visualizado nos mapas. Num panorama mais amplo observa-se que houve um crescimento excessivo no período de 1970 a 2000, favorecido principalmente em virtude do crescimento da construção civil e como resultado da migração de pessoas que buscavam tanto espaços de lazer quanto oportunidades de empregos gerados pelo turismo.

De acordo com dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Ubatuba, a expansão urbana no período entre 1970 e 2010 nem sempre ocorreu de forma regular, visto que alguns loteamentos ainda não foram aprovados e continuam em status clandestino.

Quanto à clandestinidade considera-se que depois de aprovado por poder municipal, um loteamento deve atender ao disposto no artigo 18 da Lei nº 6.766/79: submeter Registro Imobiliário em 180 dias sob pena de caducidade de aprovação. No quadro da legalização, quando a lei não é cumprida, automaticamente o loteamento não possui autorização dos órgãos públicos competentes, pois os mesmos desconhecem a existência do empreendimento e, por isto não tem dispositivos para aprovar a implementação, vindo considerá-lo como clandestino.

Para elucidar as proporções entre loteamentos legalizados e clandestinos a Tabela 8 apresenta os resultados de regularidade dos loteamentos municipais de Ubatuba e a s proporções durante as últimas três décadas.

Tabela 8 – Relação entre loteamentos regulares e clandestinos entre os anos de 1980 e 2010 em Ubatuba

Status do loteamento	1980-1990	1990-2000	2000-2010	Total
Regular	35	18	10	63
Clandestino	22	15	2	39

Fonte: Prefeitura de Ubatuba (2010)

Os loteamentos regulares, entre os anos de 1980 e 1990 se localizavam na Península de Santa Rita, Asa Branca, Porto da Ribeira, Recanto da Tabatinga, Jardim Itaporã e Jardim Beira Rio. Entre os anos de 2000 e 2010 no Jardim Bela Vista, Jardim da Ribeira e Jardim Santa Luzia. Entretanto, até o ano de 2010, os loteamentos que continuam com status clandestino são, por exemplo, Jardim Beatriz, Morro das Moças, Rancho da Lua e Recanto da Ribeira. Todas essas informações foram e são monitoradas pela Prefeitura Municipal de Ubatuba.

Conforme mapa adiante, as favelas e sertões encontram-se pontuadas em vermelho e se encontram na zona de planalto, faixa que é dividida pela Rodovia Rio Santos que corta a cidade de Norte a Sul. Os bairros de praia, que estão pontuados em roxo, se encontram em toda faixa litorânea; e os bairros centrais, que estão pontuados em azul, centralizam a maioria dos ciclos econômicos.

O traçado formou bairros em direção a península, que são os pontos verdes onde estão localizados núcleos residências com casas de alto padrão pelo grau de

dificuldade para construção. Estas são construções de encostas, que exigem técnicas diferenciadas de construção e precisam de autorização dos órgãos competentes para que sejam implantadas.

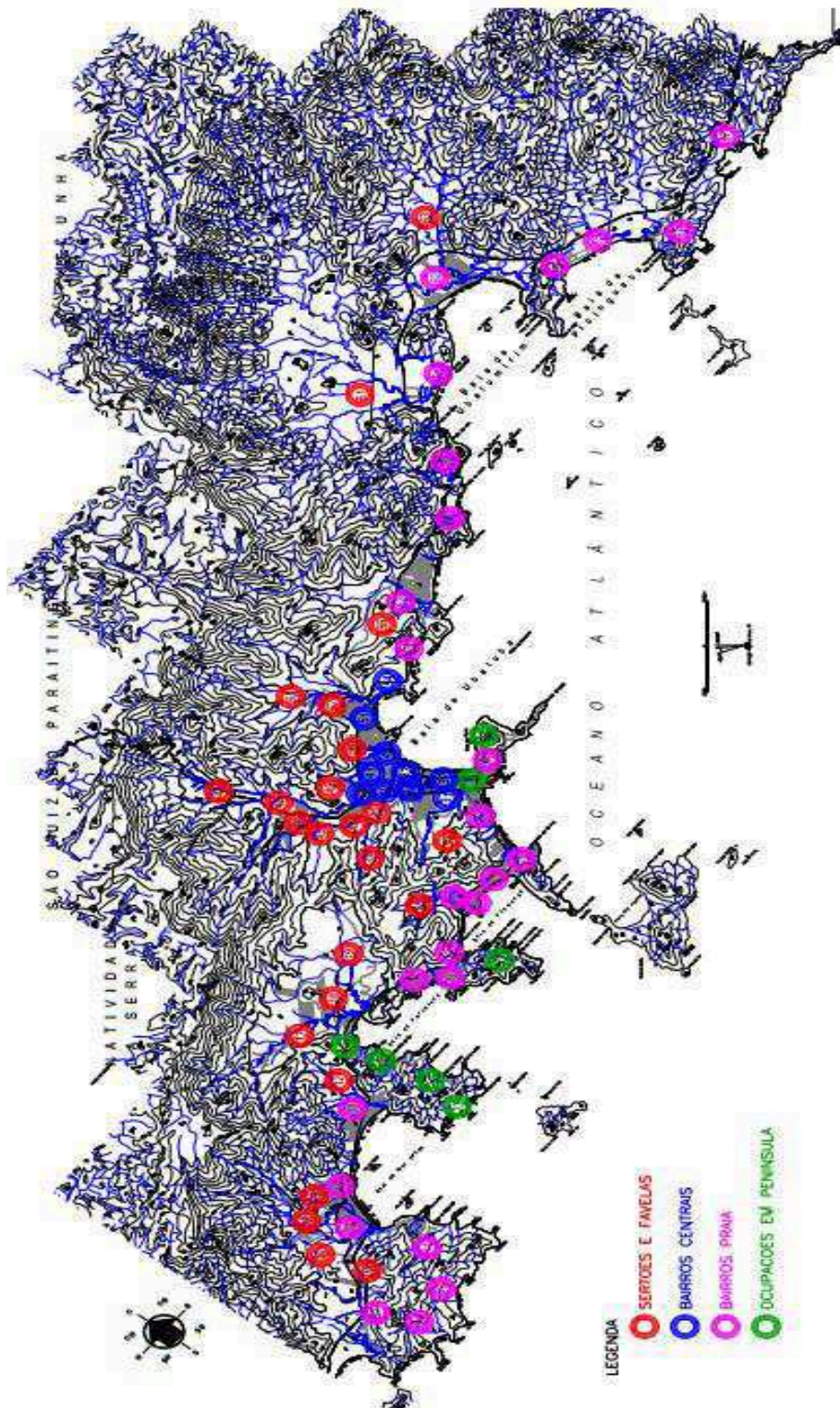


Figura 11 - Os sertões de Ubatuba
Fonte: Vieira (2008)

Segundo o Resumo Executivo (2013), entre a década de 1960 e 1990, Ubatuba foi o município do litoral norte que mais expandiu seu território urbano, tendo um crescimento de 570% neste período, enquanto os outros municípios do litoral norte cresceram em média 250%. E após toda esta expansão urbana a cidade se encontra no formato da Figura 12.

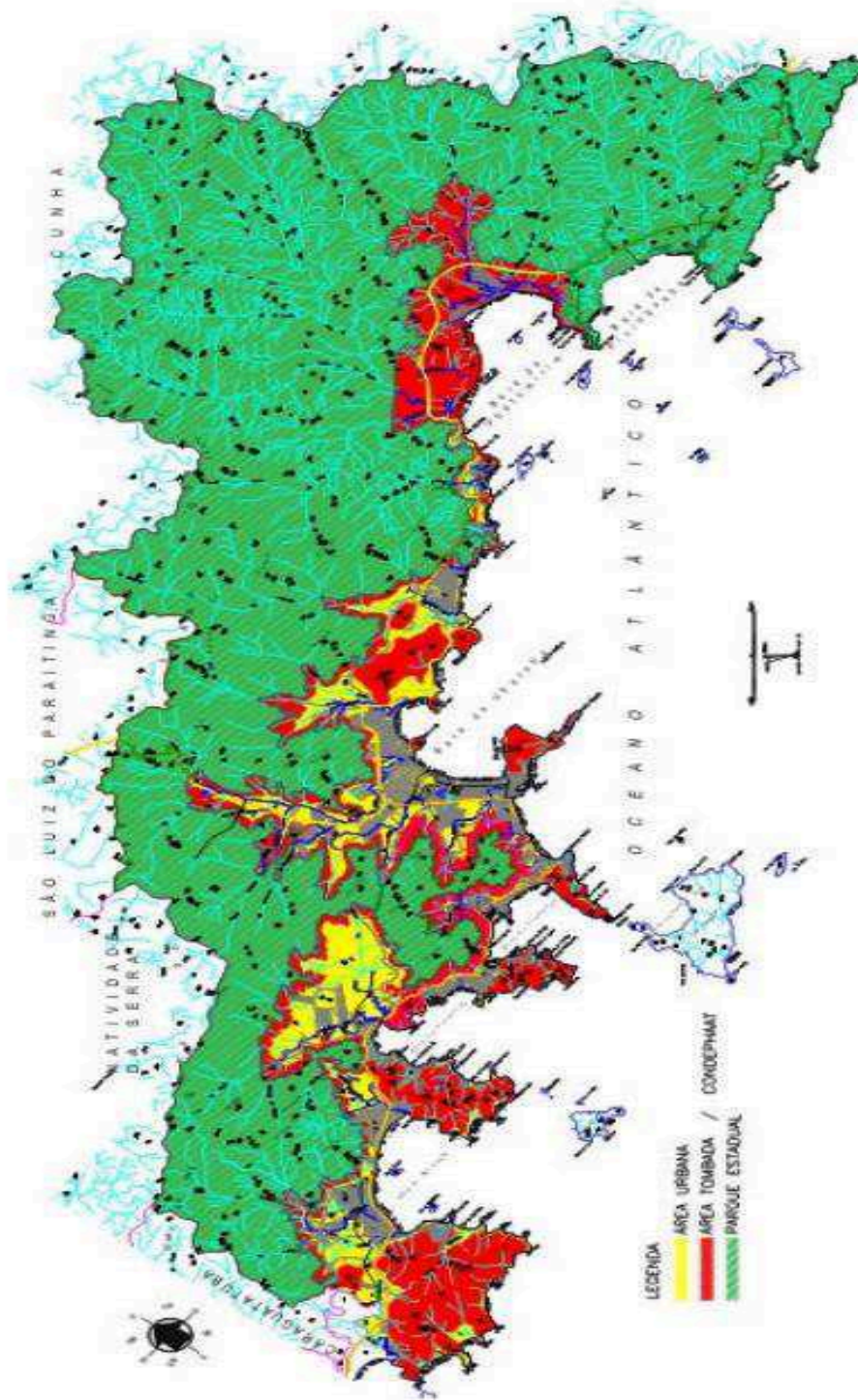


Figura12 - Município de Ubatuba - áreas urbanizadas.

Fonte Prefeitura Municipal de Ubatuba (2010)

Observa-se na Figura 12 um grande contínuo urbano entre a região sul até a região central, que tem grande área tombada pelo Parque Estadual da Serra do Mar e que está marcado de vermelho na figura. Esta aglomeração se mistura com a área urbana que está em amarelo, onde estão os setores de serviço e centros econômicos do município. Essas manchas vão perdendo intensidade quando ao se dirigirem a região norte do município, deixando poucas áreas urbanizadas que estão em amarelo juntamente com as áreas tombadas entre o bairro do Puruba, Ubatumirim, Almada, Picinguaba e Camburi que perfazem o Distrito de Picinguaba.

4.3 Análise do desenvolvimento social de Ubatuba

Para uma avaliação do desenvolvimento humano no município de Ubatuba, a Tabela 9 apresenta os valores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM entre os anos de 1991 e 2010.

Tabela 9 – IDHM de Ubatuba nos anos de 1991, 2000 e 2010

	1991	2000	2010
IDHM	0,518	0,633	0,751
Ranking dos municípios paulistas	227 ^º	387 ^º	219 ^º
Educação	0,292	0,482	0,679
Longevidade	0,711	0,748	0,841
Renda	0,671	0,703	0,741

Fonte: SEADE (2015)

Os resultados da tabela apontam que Ubatuba incrementou seu IDHM geral ao longo dos anos apresentados. É possível observar que entre os anos de 1991 e 2000, o município apresentou uma queda de 160 posições no ranking dos municípios paulistas.

Entretanto, apesar deste quadro de declínio, o município recuperou este resultado em 2010, quando chegou ao 219^º lugar. Considerando as variáveis de

maneira isolada, a educação foi o setor que mais avançou, se comparado a dados ligados à longevidade e a renda. A educação transitou de 0,292 em 1991 para 0,679 em 2010, porém apesar da ascendência, continua sendo o pior indicador entre os demais no município.

Para aprofundar o estudo do desenvolvimento social de Ubatuba, esta seção também avalia os Objetivos do Milênio propostos pela ONU. Para tanto a primeira meta dos ODM do município de Ubatuba analisada refere-se à redução da proporção da população com renda abaixo da linha da pobreza e erradicação de fome e pobreza.

A Figura 13 representa esta temática entre os anos de 2000 e 2010.

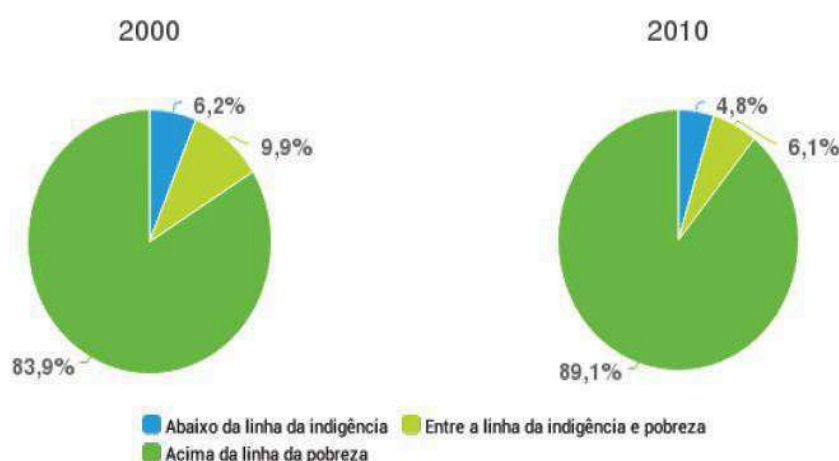


Figura 13 – Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência em Ubatuba
Fonte: Relatório Dinâmico – Portal ODM (2015)

Em 2000 observa-se que o município apresentava 16,1% de sua população vivendo com renda domiciliar per capita muito reduzida. Em 2010, este percentual recuou para 10,9%.

Mesmo com tal redução, ainda é possível observar, aproximadamente, 8.428 pessoas vivendo em condição de pobreza. Nesta área, o Relatório Dinâmico dos ODM (2015) informa que o município atingiu a meta estipulada, apesar do número de pessoas em condição de pobreza ser expressivo.

A segunda meta analisada diz respeito ao desenvolvimento da educação no município de Ubatuba. O objetivo é atingir uma educação básica de qualidade para

todos. Neste sentido, a Figura 14 apresenta a evolução atingida por este setor entre a década de 2000.

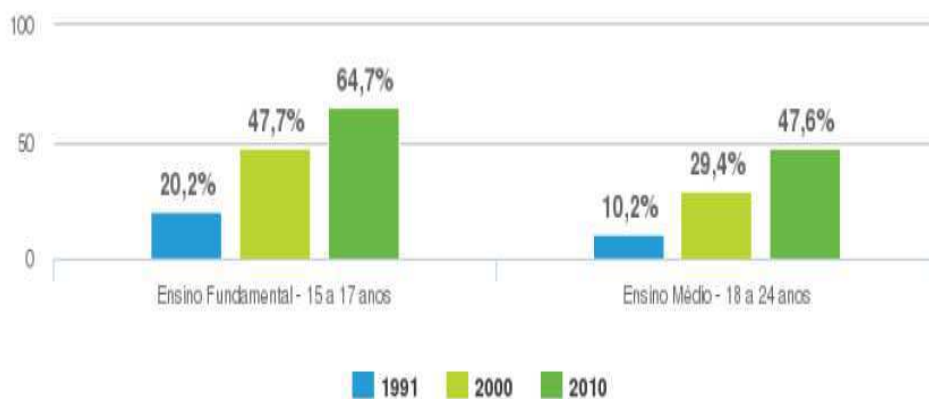


Figura 14 – Taxa de conclusão no Ensino Fundamental e Médio em Ubatuba

Fonte: Relatório Dinâmico – Portal ODM (2015)

A taxa de conclusão do ensino fundamental, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 20,2% em 1991. Em 2010, este percentual passou para 64,7%. Quando analisado o quadro do ensino médio os percentuais de conclusão reduzem significativamente.

Em 1991, dos jovens de 18 a 24 anos, apenas 10,2% concluíam o ensino médio. Em 2010, este valor aumentou para 47,6%. Ainda assim, de acordo com o Relatório Dinâmico dos ODM (2015) aponta que Ubatuba ainda não atingiu a meta estipulada – garantir que, até 2015, todas as crianças terminem o ensino fundamental.

A terceira meta analisada refere-se à da isonomia entre os gêneros e a valorização da mulher no município de Ubatuba. A Figura 15 representa os dados desta abordagem.



Figura 15 – Percentual da população de Ubatuba, entre 18 e 24 anos, segundo o nível de instrução e gênero

Fonte: Relatórios Dinâmicos – Portal ODM (2015)

Em 2010, neste município, o percentual de pessoas de 18 a 24 anos sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, do sexo feminino, era de 16,7% e do sexo masculino 24,2%; com ensino fundamental completo e médio incompleto, 31,2% feminino e 29,4% masculino; ensino médio completo e superior incompleto, 46,9% feminino e 43,9% masculino; com ensino superior completo, 3,0% feminino e 1,5% masculino. A Figura 9 demonstra, também, que as mulheres desenvolvem mais seus estudos que os homens. Neste ponto de análise é importante considerar que o Relatório Dinâmico dos ODM (2015) aponta que o município atinge a meta estipulada

A quarta meta analisada é a que engloba a redução da mortalidade infantil. Neste âmbito, a Figura 16 apresenta o desenvolvimento desta temática no município de Ubatuba entre 1995 e 2013.



Figura 16 – Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos a cada mil nascidos vivos

Fonte: Relatórios Dinâmicos – Portal ODM (2015)

A taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos, em 1995, era de 24,9 óbitos a cada mil nascidos vivos; em 2013, este percentual passou para 10,1 óbitos a cada mil nascidos vivos, representando redução de 59,6% da mortalidade. Entretanto, de acordo com o Relatório Dinâmico dos ODM (2015) expõe que o município não atinge a meta estipulada.

A quinta meta está associada a melhoria da saúde da gestante. A Figura 17 apresenta as taxas de mortalidade materna de Ubatuba entre os anos de 1996 e 2013.



Figura 17 – Taxa de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos em Ubatuba
Fonte: Relatórios Dinâmicos – Portal ODM (2015)

O número de óbitos maternos no município em 2013 foi zero. Esta meta refere-se a taxa de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos, porém a taxa pode sofrer fortes variações em função do número reduzido de crianças nascidas em alguns municípios.

Por isso, o importante ao analisar se esta meta está sendo atingida é verificar o número de óbitos maternos e o número de nascidos vivos e fazer as correlações segundo os critérios de saúde adotados. Neste conceito, o Relatório Dinâmico dos ODM (2015) aponta que Ubatuba atinge a meta estipulada.

A sexta meta refere-se ao combate da AIDS, malária e demais doenças. Neste aspecto, a Figura 18 representa esta análise para o município de Ubatuba entre os anos de 1990 até 2012.

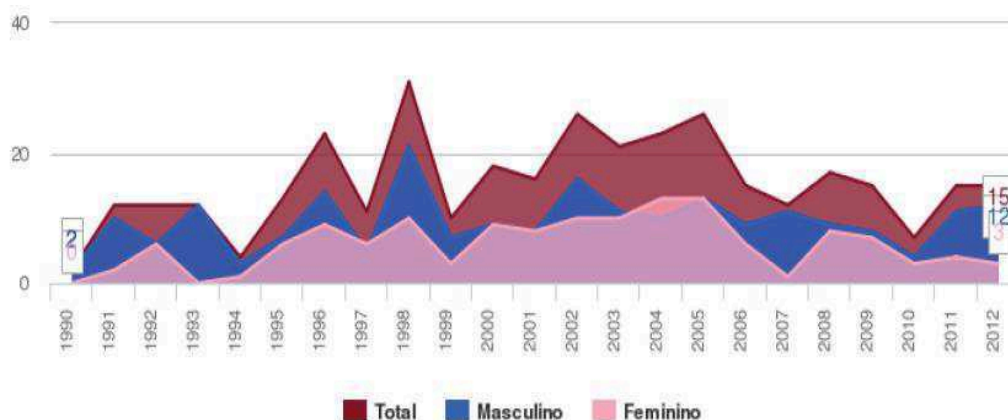


Figura 18 – Números de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico em Ubatuba, segundo gênero.

Fonte: Relatórios Dinâmicos – Portal ODM (2015)

Observando o gráfico e levando em consideração as informações do Relatório Dinâmico do Portal ODM, o município teve de 1990 a 2012, 356 casos de AIDS diagnosticados; destes, 138 femininos e 218 masculinos. Entre 1990 e 2012, dos 645 municípios do Estado, 638 já apresentaram casos de AIDS.

A doença que antes estava restrita aos grandes centros, ganha praticamente todo o território. No Município, a taxa de incidência, em 2012, era de 18,6 casos a cada 100 mil habitantes, e a mortalidade, em 2012, 8,7 óbitos a cada 100 mil habitantes.

No Município, em 2012, do número total de casos de AIDS, 13,3% eram jovens de 15 a 24 anos, enquanto que as mulheres representavam 20% dos casos. Neste caso, o Relatório Dinâmico dos ODM (2015) aponta que o município ainda não cumpriu a meta estipulada neste quesito.

Outra questão a ser considerada é a erradicação da dengue e demais doenças transmitidas por mosquitos. A Figura 19 destaca esse tema.



Figura 19 – Doenças transmitidas por mosquitos
Fonte: Relatórios Dinâmicos – Portal ODM (2015)

Neste conceito, entre os anos 2000 e 2010 o município apresentou aproximadamente 4.700 casos de doenças transmitidas por vetores. Dente elas, 3 casos de malária, 216 casos de leishmaniose e 4.481 casos de dengue. Com estes resultados, percebe-se a gravidade da transmissão de dengue entre a população do município.

A sétima meta refere-se à qualidade de vida e respeito ao meio ambiente. Assim, a Figura 20 apresenta o desenvolvimento da rede de esgoto e de água entre os moradores urbanos de Ubatuba entre 1990 e 2010.

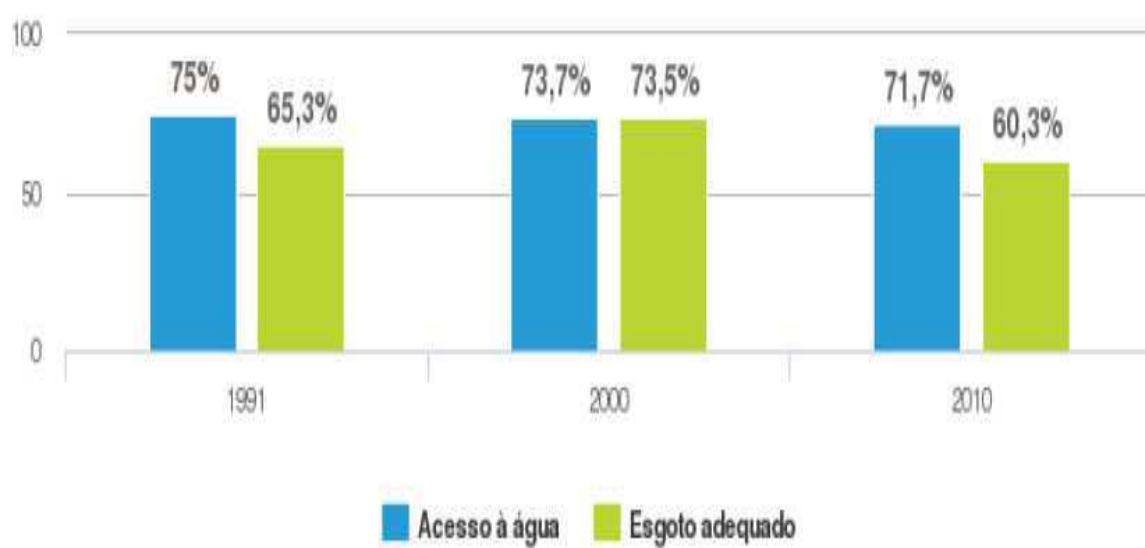


Figura 20 – Percentual de moradores urbanos de Ubatuba com acesso a água ligada a rede de esgoto sanitário adequado

Fonte: Relatórios Dinâmicos – Portal ODM (2015)

O abastecimento de água potável, o esgoto sanitário e a coleta de resíduos são serviços que melhoram a qualidade de vida local. Neste município, em 1991, 75,0% dos moradores urbanos tinham acesso à rede de água geral com canalização. Em 2010, esse percentual passou para 71,7%.

Em 1991, 65,3% dos moradores urbanos tinham acesso à rede de esgoto adequada, passando para 60,3% em 2010. Ainda assim, segundo o Relatório Dinâmico dos ODM (2015), Ubatuba não atinge a meta estipulada nesta categoria.

A EMPLASA reforça a qualidade do serviço de saneamento e classificando como boa em relação Região Metropolitana do Vale do Paraíba.

Município	Entidade	Manancial	Captação (L/s)	IAP
Santa Branca	SAEE	Rio Paraíba	42	boa
Jacareí	SAEE	Rio Paraíba	385,8	boa
São José dos Campos	SABESP	Rio Paraíba	1.844	regular
Tremembé	SABESP	Rio Paraíba	93	regular
Pindamonhangaba	DAE	Rio Paraíba	480	regular
Aparecida	SAEE	Rio Paraíba	243	ruim
Taubaté	SABESP – ETA II	Rio Una	895	ruim
Caraguatatuba	SABESP	Rio Claro	550	boa
Ubatuba	SABESP	Rio Grande	294,82	boa
São Sebastião	SABESP	Rio São Francisco	25,17	boa
Ilhabela	SABESP	Córrego Tocas	50	ótima

Figura 21 – Saneamento básico na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
Fonte: EMPLASA (2011)

Já a questão da coleta de tratamento de esgoto a EMPLASA qualifica como ruim e compara isso entre as quatro cidades do Litoral Norte, reforçando os indicadores do Portal ODM.

Aliando essa informação com o crescimento urbano do município, observa-se que a tanto a população quanto a área urbana do município foram ampliadas, porém esse crescimento não ocorreu com base em infraestrutura adequada, pois o percentual saneamento básico adequado e acesso à água, por exemplo, apresentaram queda entre 1991 e 2010.

A última meta está relacionada ao “mundo trabalhando pelo desenvolvimento”, neste aspecto, a Figura 23 apresenta o acesso ao computador e aos serviços de internet pelos moradores de Ubatuba no ano de 2010.

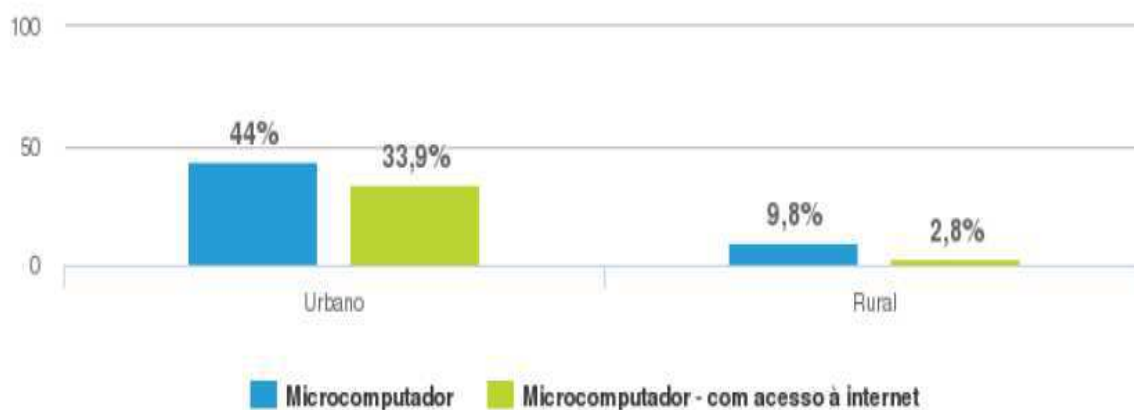


Figura 23 – Proporção de moradores com acesso a microcomputador e internet

Fonte: Relatórios Dinâmicos – Portal ODM (2015)

As desigualdades sociais também estão refletidas no acesso aos meios de comunicação. No município de Ubatuba, em 2010, a proporção de moradores urbanos com acesso a microcomputador era de 44,0%; essa proporção diminuiu para 33,9% quando se considera o acesso a microcomputador com internet. No meio rural, 9,8% tinham acesso a microcomputador e 2,8% acesso a microcomputador com internet. De acordo com o relatório dinâmico dos ODM, esses valores atingem a meta estipulada para 2015.

4.4 Discussão dos resultados da pesquisa

Como análise geral do desenvolvimento de Ubatuba entre os anos de 1980 e 2010, este período será dividido em três grupos – 1980/1990, 1990/2000 e 2000/2010.

O período referente às décadas de 1980 e 1990 demonstra que a população de Ubatuba apresentou seu maior índice de crescimento, passando de 26.927 habitantes em 1980 para 44.683 habitantes em 1990. Este fato foi acompanhado pelo intenso processo de expansão urbana, que ocorreu de forma desconcentrada e fragmentada nas regiões de orla marítima, do sertão, das escarpas da Serra do Mar, do centro, do norte e do sul do município.

Em decorrência destes fatores, o período entre os anos 1980 e 1990 apresentou a maior incidência de loteamentos dentro de seu território. Na época, surgiram 35 loteamentos regulares e 22 loteamentos clandestinos no município. Estes

números refletem a intensa migração populacional para a cidade e a construção de condomínios de segunda residência. Juntos, estes fatores impulsionaram a atividade de serviços ligada a construção civil neste período.

A figura abaixo mostra o comparativo da expansão urbana no período estudado e verificamos que a maior expansão se deu na década de 1990, onde teve as maiores formações dos contínuos urbanos na região centro-sul inda até Caraguatatuba.

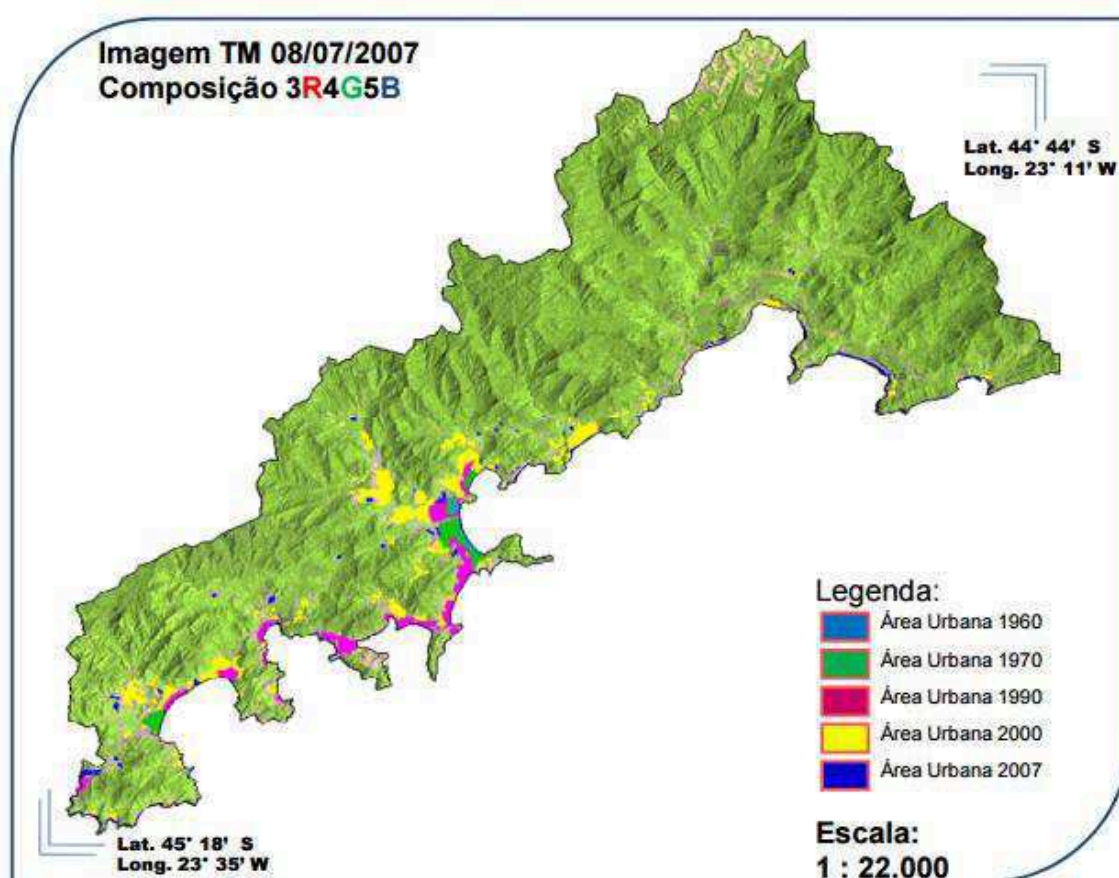


Figura 24 – Comparativo da expansão urbana de Ubatuba entre 1960 a 2007
Fonte: Resumo Executivo (2013)

Conforme observado no capítulo sobre urbanização é possível interpretar que o crescimento urbano do município de Ubatuba apresenta similaridade com a intensa urbanização brasileira efetivada durante o século XX, embora fatores locais como a urbanização turística tenha impelido à expansão demográfica e a ocupação do espaço. Essas características locais são fundamentais na urbanização do município, porém é necessário observar que ela também decorre da forte modernização da

sociedade brasileira, que afeta as cidades litorâneas em razão da expansão do turismo associado a segundas residências.

Quanto à questão da *territorialização*, esta foi apresentada no texto como uma relação social onde o território decorre da ação humana no espaço. Em Ubatuba as mudanças no espaço decorrem da constituição de um território sazonal, caracterizado pela presença de residências de veraneio, hotéis e pousadas responsáveis por atrair a população migrante e flutuante para o município.

Como afirma Marandola Jr. (2013), nos meses de verão as atividades turísticas se intensificam nos municípios litorâneos, o que faz com que a população aumente e, juntamente com ela, se intensifiquem os problemas urbanos e ambientais. Nesse ponto, constata-se que a urbanização não traz somente benefícios para o local, mas com esta também acarretam consequências negativas quando a mesma ocorre sem planejamento da utilização espacial.

No período entre as décadas de 1990 e 2000, o crescimento populacional aconteceu com menor intensidade. A população passou de 44.683 habitantes em 1990 para 66.644 habitantes em 2000. Ao mesmo tempo, a expansão urbana também foi menos expressiva, acontecendo principalmente nas regiões do sertão e das encostas (Dissertação da Rosa Vieira). Isso ocorre, pois nesta época inicia-se o processo de congelamento de áreas e fiscalização por parte da Secretaria do Meio Ambiente. Assim, o número de novos loteamentos regulares foi de 18 e de novos loteamentos clandestinos foi de 15.

De fato, como explica Marandola Jr. (2003), a década de 2000 ainda apresenta resquícios das crises dos anos 1980 e 1990, onde os padrões de urbanização da área do litoral norte paulista ainda sofriam com a ausência de planejamento territorial e políticas voltadas para as questões urbanas nas cidades. Nesse cenário, a população mais carente é a que mais sofre com o desordenamento causado pela urbanização à medida que a infraestrutura local não é capaz de acompanhar o crescimento das cidades.

Todos esses fatores são explicados a partir da avaliação do desenvolvimento humano através IDHM, que evoluiu de 0,518 em 1990 para 0,633 em 2000. As áreas da educação, longevidade e renda também evoluem seus indicadores. Ainda assim,

no período, o município cai 160 posições no ranking dos municípios paulistas, o que quer dizer que perdeu espaço de desenvolvimento para os demais municípios do estado.

Dessa maneira, o desenvolvimento humano apresenta resultados entre baixo e mediano. A educação apresentou os números mais baixos neste período, quando evoluiu de 0,292 em 1990 para 0,482 em 2000. A meta da longevidade, por onde se avalia as condições da saúde local, e a meta da renda, por onde se avalia a distribuição do produto, apresentaram desenvolvimento considerado médio no período.

Assim como foi visto em Brito (2005), o município de Ubatuba, assim como a sociedade brasileira, está estruturado em espaços cada vez mais urbanos e imbuídos de atividades econômicas e novos modelos de estruturas sociais e estilo de vida. Ainda assim, como visto em Brandão (2011), ainda não há a universalização dos serviços públicos e infraestruturas sociais e a maior parte da sociedade ainda está disposta em uma urbanização que sente falta de justiça social e planejamento.

No período entre as décadas de 2000 e 2010, a população apresentou o menor crescimento entre as décadas estudadas. A população passou de 66.644 habitantes em 2000 para 78.693 habitantes em 2010. Da mesma forma, a expansão urbana perdeu sua intensidade e se concentrou nas regiões do centro, das praias, do sertão e nas beiras de rodovia.

Nesta fase, observou-se a redução no surgimento de novos loteamentos no município. Ao todo, foram registrados 10 novos loteamentos regulares e 2 novos clandestinos. Os dados apresentam o resultado da intensificação da fiscalização por parte da Secretaria do Meio Ambiente. Os loteamentos estavam concentrados nas orlas marítimas, que reuniam condomínios de alto padrão e grandes lotes com residências entremeadas por vegetação e às margens das rodovias e que polarizavam a implantação de estabelecimentos comerciais e de serviços.

Na época a economia de Ubatuba apresentou crescimento e foi possível observar avanço no Produto Interno Bruto local, que passou de 362,98 milhões em 2000 para 920,74 milhões em 2010. O destaque é do setor econômico de serviços,

que foi aquele que mais agregou valor ao PIB. Por ser uma região praiana, estima-se que este setor concentre intensas atividades de turismo litorâneo.

Ainda assim, como o exposto em Furtado (1961), há uma necessidade em se desenvolver variáveis não somente econômicas, mas também sociais. Sob a ótica econômica, o desenvolvimento do município é, sobretudo, aumento do fluxo de renda, porém em qualquer concepção o desenvolvimento deve derivar do crescimento econômico conduzido de melhoria na qualidade de vida, de modo a incrementar indicadores de bem estar econômico e social como, por exemplo, a pobreza, a educação, a desigualdade, as condições de saúde, alimentação, moradia e desemprego.

Nesse caso, em relação ao social, durante a década de 2000 o município incrementou seu IDHM e atingiu melhores níveis de educação, longevidade e renda, apresentando resultados de desenvolvimento médio. Além disso, nesta época o município recuperou suas posições no ranking dos municípios paulistas, passando de 387º em 2000 para 219º em 2010.

Para um quadro mais abrangente da questão social, neste período foi possível averiguar os cumprimentos das metas dos Objetivos do Milênio. Para tanto, a observação do relatório dinâmico do município apontou que as metas de desenvolvimento atingidas pelo município foram: acabar com a fome e com a miséria, garantir igualdade entre os sexos e autonomia da mulher, melhorar a saúde das gestantes e estabelecer parcerias para o desenvolvimento. Em contrapartida o município ainda não foi capaz de atingir as metas referentes à garantia de educação básica de qualidade para todos, redução da mortalidade infantil, combate a AIDS, malária e outras doenças e qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi elaborado com o objetivo de analisar as características da expansão urbana e do desenvolvimento econômico e social do município de Ubatuba, para verificar se esse processo decorreu de políticas públicas que alavancaram o crescimento e o desenvolvimento local ou se foi resultado de atividades econômicas dissociadas de iniciativas coordenadas a partir do setor público.

Dessa forma, em um primeiro momento se buscou instrumentalização em teorias referentes à contextualização do espaço e do território. O primeiro foi apresentado como um conjunto de formas representativas por relações sociais e se manifestam mediante de processos de apropriação e transformação socialmente constituídos.

No território foi percebido como o espaço territorializado apropriado – local de relações entre sociedade e natureza, homens e homens, que interagem com um espaço composto por ação e poder, assim foi constatado que o setor de serviço tem sua maior parte dentro do PIB e foi este setor que através da especulação imobiliária e do trabalho desenvolvido pelos operadores do turismo no setor privado que conceberam o espaço dentro do município.

Foi este setor juntamente com o desenvolvimento das rodovias Rio Santos e Oswaldo Cruz que colaboraram com a formação do espaço, e que o desenvolvimento da cidade de Caraguatatuba fez com que a Região Centro Sul da cidade de Ubatuba se agrupasse num forte continuo urbano, com os ciclos econômicos concentrados entre a região de centro sul até a cidade de Caraguatatuba.

A região norte da cidade ficou com um denso continuo verde composto pelo Parque Estadual da Serra do Mar, considerado como Área de Preservação Permanente. Observa-se que a alteração desta condição pode ocorrer com a aplicação da Lei 15.684/14, pois possibilita a regularização de loteamentos como o da praia do Ubatumirim, embargados após sua aprovação e que podem ser retomados.

Nesta ótica, o território de Ubatuba foi caracterizado como um espaço de intensas atividades turística associadas ao turismo litorâneo, que se intensifica na

estação do verão entre os meses de dezembro e março. Suas atividades econômicas foram crescentes entre 2000 e 2010 e o setor de serviços é a base da economia local.

Em um segundo momento, discutiu-se sobre a urbanização. Esta foi apresentada no texto como o crescimento da população urbana em relação à população rural. Neste ponto, Ubatuba apresentou em 2010, 97,60% de grau de urbanização. Quanto à população, esta teve seu maior crescimento entre as décadas de 1980 e 1990. Desde 1980 até 2010, a mancha urbana de Ubatuba ganhou expressividade junto à orla marítima, ao interior, a área central, ao sertão, às encostas e as áreas de rodovias.

Neste momento a urbanização da cidade acompanhou o setor da construção civil e a implantação de loteamentos regulares e irregulares juntamente com a melhoria do acesso através da Rodovia Rio Santos e Rodovia Oswaldo Cruz, isso fez com que a cidade formasse seu traçado em duas situações através de uma barreira antrópica que foram as rodovias, haja vista que cortou a cidade numa faixa horizontal adentrando aos seus 100 km de costa criando uma faixa costeira e uma faixa em direção ao planalto, visualmente se percebe que a faixa costeira é a que contempla as melhores construções e que estão os condomínios de alto padrão como Pedra Verde, Promirim ou Itamambuca.

Já os loteamentos irregulares ou construções com padrão simples estão localizados em direção ao planalto, porém na faixa costeira da região norte do município ainda se encontram diversas comunidades caiçaras como Picinguaba, Almada, Ubatumirim, Sertão do Puruba.

Ademais o grau de urbanização elevado na região sul não possibilitou que a única comunidade quilombola do litoral de São Paulo permanecesse intacta e preservada no bairro da Caçandoca. A comunidade quilombola está localizada juntamente a região da praia da Maranduba que é um dos primeiros ciclos econômicos da região sul e um grande elo entre Ubatuba e Caraguatatuba.

Ainda assim, como foi abordado, a área geográfica onde está localizada Ubatuba sofre com um relevo naturalmente instável, o que faz com que várias áreas sejam inapropriadas para a habitação devido aos perigos de deslizamentos para a população. Mesmo assim, ao longo do período estudado, vários loteamentos

clandestinos se mantêm pela cidade, indicando uma urbanização carente de políticas de fiscalização. A partir de 2000, os projetos de fiscalização se intensificaram para preservar a população de riscos e reduzir a degradação ambiental. Assim, foi possível verificar uma redução no número de loteamentos sem aprovação da Prefeitura Municipal, apesar da existência de loteamentos clandestinos.

Outro conceito abordado foi o de desenvolvimento, que foi exposto como um conceito de múltiplas vertentes. Um dos aspectos abordados foi o de desenvolvimento social, conceituado como o que é capaz de aliar incrementos econômicos à melhoria da qualidade de vida da sociedade.

No caso de Ubatuba, o indicador de desenvolvimento humano evoluiu entre os anos de 1991 e 2010. Ainda assim, quando foram analisados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, notou-se que o município ainda apresentava, em 2010, deficiência nos setores de saúde, educação, condição de vida e meio ambiente. Isso mostra que, apesar de o local crescer populacionalmente e se urbanizar ao longo dos anos, este foi um fenômeno que ocorreu sem planejamento, o que refletiu em um processo de desenvolvimento que não acompanhou o crescimento da população.

A grande questão a ser vencida é acabar com o transbordo do lixo no município, uma vez que este serviço prestado implica no maior contrato que a cidade possui, comprometendo 13% do seu orçamento, como calculou a Prefeitura Municipal. Atualmente a cidade está comprometida com sua folha de pagamento em 52% do orçamento, com os indicadores apresentados constata uma queda de 160 posições no ano de 2000 onde foi o período que a CETESB fechou o aterro sanitário, assim a administração pública teve que celebrar contratos de transbordo do lixo, deixando de investir recursos no município.

O prazo estipulado pelo estatuto pelo Governo Estadual para se fazer o transbordo era até 2015, e designava para todas as cidades cuidarem de seu próprio lixo. Tal prazo foi prorrogado pelo Governo do Estado de São Paulo para o ano de 2020. A CETESB juntamente com a administração pública não designou uma área que atenda e perfaça os atributos de um aterro sanitário segundo os critérios vigentes, pois estes mesmos esbarram nas questões ambientais ou na falta de áreas planas desocupadas.

Uma solução viável seria a reciclagem, além de alternativas sustentáveis para solucionar este problema, porém até o momento não se desenvolveram políticas públicas locais para resolver esta questão. Nestas alternativas é interessante pensar na criação de cooperativas de lixo, para o tratamento do lixo comum e em usinas de compostagem, para a transformação do lixo orgânico em adubo ou gás natural. Em Curitiba, como estudo de caso, faz-se uso de caminhões específicos que recolhem apenas o lixo seco, sem nenhum resíduo orgânico.

O resultado desta ação é que o lixo fica mais limpo e acaba obtendo preço de venda por um preço mais alto às indústrias de reciclagem. Isso ajuda a tornar o sistema de coleta seletiva em Curitiba mais barato e mais viável que na maioria das cidades brasileiras

Em suma, percebe-se a partir de indicadores que, mesmo evoluindo economicamente ao longo das décadas e logrando melhores níveis de desenvolvimento humano, o município ainda carece de maior articulação de políticas públicas capazes de prover planejamento urbano para melhor utilização do território, como infraestrutura, respeito ao meio ambiente e melhores condições de saúde e educação para a população.

REFERENCIAS

- ABSÁBER, A. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. 4 ed. São Paulo:Ateliê Editorial, 2007.
- ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**,v. 5, p. 49-60, 2002.
- ARAÚJO, I. **A reconversão do olhar**: prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social. São Leopoldo: Unisinos, 2000.
- BARROS, J. D. **História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar**. Revista de Economia Política e História Econômica, n. 11, p.6-51, jan. 2008.
- BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. 2 Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.
- BENKO, G. Territoire et Sciences Sociales. In: ITÇAINA, X., PALARD, J. **Régimes territoriaux et développement économique**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes II, Collection Espaces et Territoire, 2007.
- BOISIER, S. ¿Hay espacio para el desarrollo local en la globalización? **Revista de la CEPA**. Santiago, n. 86, Ago. 2005.
- BORJA, J.; CASTELLS, M. **Global y local**. Madri: Taurus, 1996.
- BRANDÃO, C. A. **Estratégias de desenvolvimento regional, decisões e interinstitucionalidades**: desafios da abordagem crítica das transformações socioespaciais e os impasses para a efetivação das políticas regionais no Brasil. In: DALLABRIDA, V. R. Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamound, 2011.
- BRANDÃO, C. A. Teorias, estratégias e políticas regionais urbanas recentes: anotações para uma agenda de desenvolvimento territorializado. **Revista Paraense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul./dez. 2004.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. *Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento*: Volume III – Regiões de Referência. Brasília: MP, 2008.
- BRITO, F.; PINHO, B. A. T. D. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012.
- BRITO, F. **O deslocamento da população urbana para as metrópoles**. Estudos Avançados, 57, USP, Maio-Agosto,2006.

BRITO, F. A expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular. **São Paulo em Perspectiva**, Out./Dez. de 2005.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial em São Paulo**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1998.

CARLEIAL, L. O desenvolvimento regional brasileiro ainda em questão. **Revista Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-21, jan./jul., 2011.

CASTRO, L. M. F. B.; MELLO, L. F. Mudança climática, riscos e vulnerabilidade: um estudo dos eventos ocorridos em 1967 e 1996 na planície litorânea de Caraguatatuba SP. **CLIMEP** - Climatologia e estudos da paisagem, v. 6, p. 22-43, 2012.

CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany**. Englewood: Prentice Hall, 1966.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. **Revista Geographia**. Ano 1 – nº2, 1999.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1988

CORRÊA, R. L. **Espaço**: um conceito chave da Geografia. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

CORRÊA, R. L. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2001.

CORRÊA, R. L. Território e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. I. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

COSTA, J. S. **Compêndio de economia regional**. Lisboa: APDR, 2005.

CROCCO, L. **Marketing**: perspectivas e tendências. São Paulo: Saraiva, 2006.

CRUZ, O. **A Serra do Mar e o litoral na área de Caraguatatuba-SP**: contribuição à geomorfologia litorânea tropical. São Paulo: USP, 1974.

CUNHA, A.; SIMÕES R., PAULA, J. A. **Regionalização e História**: Uma contribuição introdutória ao debate teórico – metodológico. VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7 Conferência Internacional de História de Empresas: Conservatória, 2005.

DALLABRIDA, V. R. **Governança territorial e desenvolvimento**: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamound, 2011.

DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO – DERSA. Disponível em: <www.dersa.sp.gov.br> Acesso em 24 Fev. 2016.

DIEHL, A. A. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**. Belo Horizonte, 19 (2) 227-249, Mai./Ago. 2009.

DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. Mudança do padrão regional brasileiro: determinantes e implicações. **Análise Conjuntural**, Ipardes, v. 8, n. 2, p. 32-42, fev., 1986.

DINIZ, C.C.; CROCCO, M.A. **Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil**. In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M.A. Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

EMPLASA. **Estudo técnico da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**. Emplasa: São Paulo, 2011.

ENGELS, F. **Anti-Duhring**: Filosofia, economia, política, socialismo. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FERREIRA, A. **Desenvolvimento Regional**: limites e possibilidades institucionais: um estudo de caso da região do Vale do Paraíba – RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento. 2012.

FOCHEZATTO, A. **Desenvolvimento Regional**: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. Três décadas de economia gaúcha, v. 1, 2010.

FRANCINE JR., R.; GALLO JR., H.; OLIVATO, D. O aquecimento global e suas implicações para a região do litoral norte de São Paulo: subsídios à gestão ambiental costeira. **Leopoldianum**, n. 96, p. 59-78, maio-agosto 2009.

FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. J. **The spatial economy: cities, regions and international trade**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1999.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. **Economia da cultura**: reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil. Brasília: IPC, 1988.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

GEHLEN, I.; RIELLA, A. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 6, n. 11, p. 75-88, Jan- jun/2004.

GORENSTEIN, S. **De la región al territorio**: un análisis estilizado sobre abordajes, debates y nuevos desafíos del desarrollo urbano-regional. In: DALLABRIDA, V. R. Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamound, 2011.

HOGAN, D. População e mudanças ambientais globais. In: HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. (Orgs.). **População e mudança climática**: dimensões humanas das mudanças ambientais globais. Campinas:UNFPA, 2009.

HOGAN, D. População, pobreza e poluição em Cubatão, São Paulo. In: MARTINE, G. (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento**: verdades e contradições. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

HOGAN, D.; MARANDOLA JR., E.; OJIMA, R. **População e ambiente**: desafios à sustentabilidade. São Paulo: Blucher, 2010.

HOLZER, W. A discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UERJ, v.3, jul./dez.1997.

KROETZ, M.; RAMOS, I. S.; CARDOSO, M. R.; DIEL, A. S.; SCHMITK, L.; KRAUSE, R. **Crescimento econômico x desenvolvimento: aspectos do crescimento econômico da região de Rio do Sul e o reflexo nas questões sociais**. Revista Caminhos, On-line, "Dossiê Gestão", Rio do Sul, v. 1, p. 25-45, out./dez. 2010.

KRUGMAN, P. et al. **A economia espacial**: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo. São Paulo: Futura, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS – IPEA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br> Acesso em 12 Out. 2015.

INSTITUTO PÓLIS. Resumo Executivo de Ubatuba. 2012. Disponível em:<<http://litoralsustentavel.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Resumo-Executivo-de-Ubatuba-Litoral-Sustentavel.pdf>> Acesso em 10 Jul. 2015.

LEFEBVRE, H. **A sociedade urbana**. UFMG-Humanitas, 2008.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MARANDOLA JR, E. et al. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternância e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. **Geograficidade**, v. 3, n. 2, jul. 2013.

MARANDOLA JR., E. Percepção dos perigos ambientais urbanos e os efeitos de lugar na relação população ambiente. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 7-35, jan./jul, 2012.

MARCÍLIO, M. L. **Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba**. São Paulo: CEDHAL, 1986.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, A. P. S. Da construção do espaço à construção do território. **Fluxos & Riscos – Revista de Estudos Sociais**, n. 1, p. 75-88. 2010.

MARQUES, C. **População e riscos às mudanças ambientais em zonas costeiras da Baixada Santista**:um estudo sócio-demográfico sobre os municípios de Bertioga, Guarujá e São Vicente. Dissertação de Mestrado em Demografia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual deCampinas, 2009.

MODESTO, F. Populações em situações de risco ambiental em São Sebastião, Litoral Norte deSão Paulo. Dissertação de Mestrado em Demografia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,Universidade Estadual de Campinas, 2011.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Introdução ao Direito Ecológico e ao Direito urbanístico**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

PÉREZ, C. La modernización industrial en América Latina y la herencia de la sustitución de importaciones. **Comercio Exterior**, v. 46, n. 5, p. 347-363, mayo, 1996.

PERROUX, F. O Conceito de Polo de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.) **Economia Regional: Textos Escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1969.

PILAN, C. R. **Transformações históricas de sua identidade coletiva e proposta de autotransformação como alternativa para sua sobrevivência**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Manual de economia**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

PORTAL OBJETIVOS DO MILÊNIO. Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <www.portalodm.com.br> Acesso em 29 jun. 2015;

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Disponível em: <www.pnud.org.br> Acesso em 14 Jul. 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RATZEL, F. **Geografia do homem**. São Paulo: Ática, 1990.

REIS, J. **Uma epistemologia do território**. Oficina do CES. Coimbra, 2005.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**– a formação e o sentido do Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ROCHA, K. N. D. Relações entre a vulnerabilidade social e a fragilidade ambiental no litoral nortepaulista: o caso dos municípios de Ilha Bela, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba. Dissertação de Mestrado em Geografia. Unicamp. Campinas, 2011.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel Fapesp, 1997.

ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? Novos Estudos. CEBRAP, n. 89, São Paulo, março, 2011.

SAMPAIO, T. **O tupi na geographia nacional**. 3 ed. Bahia: S.E., 1928.

SANDRONI, P. **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SANTOS, M. “O retorno do território”. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de. & SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova** – da crítica da geografia a uma geografia nova. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SCHVASBERG, B. Tendências e problemas da urbanização contemporânea no Brasil. In: CASTRIOTA, L.B. (Org.). **Urbanização brasileira**: redescobertas. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003, p. 43- 63.

SCOTT, A.; STORPER, M. **Regions, Globalization, development**. Regional Studies 37, 579-593. 2003.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>> Acesso em 10 Mar. 2015.

SILVA, C. H. Território: uma combinação de enfoques – material, simbólico e espaço de uma ação social. In: **Revista Geografar**. Curitiba, v.4, n.1, p.98-115, jan./jun.2009.

SILVA, E. P.; OLIVEIRA, E. A. A. Q.; ARAÚJO, E. A. S. **O conceito de desenvolvimento regional: uma revisão teórica**. The 4th InternationalCongressUniversityIndustryCooperation. Taubaté. Dez. 2012.

SILVA, J. A. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 2 Ed. São Paulo: Malheiros,1997.

SILVA, M. V. B.; SILVEIRA NETO, R. M. Dinâmica da concentração de atividade industrial no Brasil entre 1994 e 2004: uma análise a partir de economias de aglomeração e da nova geografia econômica. **Economia Aplicada**, v. 13, n. 2, p. 299-331, 2009.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TORRES, A. **Meu querido canibal**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. **Human Development Report 1990**. New York: Oxford University Press, 1990.

VAINER, C. B. Utopias urbanas e o desafio democrático. **Revista Paraense de Desenvolvimento**, Curitiba: Ipardes, n. 105, p. 25-31, jul./dez. 2003.

VAN BELLEN, H. M. Sustainable development: presenting the main measurement methods. **Ambient and Society**, Campinas, v.7, n.1, p.67-87, jan./jun. 2004

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VIEIRA, **Paisagens invisíveis: os sertões de Ubatuba/SP**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento Econômico Regional – Uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, 2012.

VILLASCHI, J. Novas modalidades de urbanização e sua inserção regional: o condomínio Alphaville Lagoa dos Ingleses, Nova Lima-MG. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003.

WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT & DEVELOPMENT – WCED. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press. 1987.